



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia seis de outubro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e nove de setembro de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Presidente: “Leitura de correspondências. Em virtude da concessão de Liminar no Mandado de Segurança nº 0760130-53.2015.8.13.0000 (6ª Câmara Cível – TJMG) impetrado pelo Senhor Prefeito Cássio Magnani Júnior, Decisão esta proferida pelo Desembargador Audebert Delage que determinou que a Comissão Processante Especial seja constituída por sorteio realizado entre os vereadores desimpedidos (sentença integralmente lida na reunião próxima passada), passaremos agora a realizar novo sorteio para constituição da Comissão Processante Especial, de acordo com as seguintes regras abaixo: com exceção dos membros da Mesa Diretora, todos os demais vereadores poderão ser sorteados para integrar a Comissão Especial Processante; o vereador que não desejar participar da comissão deverá manifestar a sua vontade de não participar do sorteio para constituição da Comissão Especial Processante nesta ocasião”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, boa noite. Senhor Presidente, nobres vereadores, público presente.



Eu gostaria de não participar, eu prefiro votar depois, no final da apuração. Muito obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “tem outro vereador que não gostaria de participar da Comissão?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Eu também entendo que da maneira que está feito também não é dentro do raciocínio normal que tem que acontecer. Eu não vou participar, é o meu desejo. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem. Eu também vou acompanhar os nobres colegas, eu também não quero participação”. O Senhor Presidente: “eu pediria à secretária para ir anotando os nomes. O Senhor Secretário, favor anotar os nomes dos vereadores que não querem participar da Comissão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, lendo a decisão do Desembargador, no final ele termina o pronunciamento dele dizendo que estejam suspensos todos os trabalhos até o julgamento do mérito, pelo o que eu entendi. Eu não sou da área, mas pelo o que eu entendi, ele pede a suspensão até o julgamento do mérito. Então, eu não sei se valeria fazer uma nova Comissão Processante”. O Senhor Presidente: “eu consultei aqui o Jurídico, ele relatou que o único problema que teve foi o sorteio, que nós faremos novamente um novo sorteio. Eu fui informado pelo nosso Jurídico que...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu respeito o nosso Jurídico, respeito muito o nosso Jurídico, acho que é formado por pessoas competentes, mas eu sugeria que fosse feita uma leitura mais minuciosa do término do voto do Desembargador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu vou suspender a reunião por cinco minutos para que o Jurídico dê as devidas explicações. Está suspensa por cinco minutos a reunião”. Decorridos os cinco minutos, o Senhor Presidente: “vamos reiniciar a reunião. Gostaria que os vereadores prestassem atenção. Vou repetir



a leitura, por favor. Por favor, manifestem-se aqueles que não querem participar da Comissão Processante Especial ou aqueles que se achem impedidos ou suspeitos e manifestem os motivos. O vereador que não se interessar pronunciar e dizer o motivo pelo qual não quer participar. Senhor Fausto”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem. Eu...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, após a exposição do Jurídico da Casa, eu vou participar”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu continuo com a posição de não participar porque até que prove ao contrário, eu acredito na informação que o advogado Dr. Valério deu à minha colega Ângela, que essa montagem está irregular. E, como eu sou leigo do assunto, eu vou me aprofundar nesse conhecimento. Por enquanto eu não participo”. O Senhor Presidente: “quero dizer que o Dr. Valério deu uma informação verbal”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim, mas eu acredito na fala dele. Eu acredito na fala dele e vou buscar informação por escrito no advogado de minha confiança. Como eu ainda não tenho, eu me abstenho de participar”. O Senhor Presidente: “continua em aberto, o vereador Gilson Marques não quer participar. Próximo vereador. Ante a manifestação, solicito que sejam colocados para sorteio os nomes dos vereadores”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “pelo o que eu entendo juridicamente, o advogado que nos deu esta orientação é muito capacitado e eu não vou participar não. Obrigado”. O Senhor Presidente: “segundo vereador que não interessou em participar, vereador Nélio Aurélio. Vou ler novamente: ante a manifestação, solicito que sejam colocados para sorteio os nomes dos vereadores. Fica bem claro que a Mesa Diretora não pode participar pelo Regimento Interno”. O Senhor Secretário: “bom, então, o vereador André Luiz Vieira da Silva, o vereador José Geraldo Guedes e o vereador Silvânio Aguiar estão impedidos de participar em função de fazerem parte da Mesa. Já o



vereador Nélio Aurélio de Souza e o vereador Gilson Antônio Marques se manifestaram do posicionamento de não participar do sorteio para a Comissão. Participarão do sorteio os vereadores Maria Ângela Dias Lima, Alessandro Luiz Bonifácio, Flávio de Almeida, Leci Alves Campos e o vereador Fausto Niquini. Só para... Eu já li, mas alguém quer conferir os nomes aqui antes que a gente coloque na urna? Não?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não. Acreditamos em vocês”. O Senhor Presidente: “o Dr. Luciano pode sortear o primeiro vereador”. O Senhor Secretário: “sortear o primeiro vereador: vereador Leci Alves Campos. Segundo vereador: vereador Fausto Niquini. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio. Só repetindo, os dois que ficaram dentro da urna, abre para mim, por favor, só para conferir: Maria Ângela Dias Lima Pereira e vereador Flávio de Almeida”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não tem isso. Não. A Comissão que escolhe”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereador Leci”. O Senhor Presidente: “eu pediria os três vereador que foram sorteados para se reunirem aqui na sala ao lado. Está suspensa por cinco minutos a reunião”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem só um minuto”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “deixa eu falar na sua fala, vereador, posso? Normalmente, pelo Regimento, o mais velho assume o cargo mais importante na Comissão, sempre foi assim”. O Senhor Presidente: “as informações que a Presidência tem...”. O vereador Leci Alves Campos: “se for o mais velho sou eu, Nélio”. O Senhor Presidente: “não tem problema de idade não. Vai ser o sorteio normal”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, antes que a gente vá lá para a sala para fazer o sorteio...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, antes que eu, o vereador Alessandro e o vereador Fausto vamos lá para a sala para fazer o sorteio, eu gostaria de comunicar da



minha saída da CPI em virtude que eu vou estar exaustivamente ocupado com a CPE, então, eu posso ficar sobrecarregado participando das duas comissões, isso pode atrapalhar os meus trabalhos. Então, eu gostaria de comunicar isso e o senhor faça, por favor, a substituição”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria que esta decisão do vereador viesse em Plenário porque eu chego na Casa oito horas da manhã e não tenho horário de ir embora”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “nós chegamos”. O vereador Flávio de Almeida: “e ele, como Relator, já tem uma linha de raciocínio. Até que o senhor coloque um novo relator e eu consiga passar tudo, eu vou perder mais trinta dias. Aí, você tem que... Uma coisa não pode prejudicar a outra coisa”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, se eu não tivesse sido sorteado...”. O vereador Flávio de Almeida: “com todo respeito”. O vereador Leci Alves Campos: “eu continuaria normalmente na CPI, cuja contribuição eu tenho dado, mas eu não me acho apto a participar das duas Comissões”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereador, questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de rogar a Vossa Excelência que devido o conhecimento do senhor, o senhor está fazendo um belo trabalho, eu queria que o senhor fizesse um sacrifício, que prosseguisse na CPI também, é um pedido da Presidência. Eu acho que o senhor deveria nos ajudar neste momento tão difícil. Estou esperando a resposta do senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu queria fazer um alerta à Casa e principalmente à Presidência porque quando eu citei aqui a Sua Excelência, que eu espero, parece que é o mais idoso, apesar de não ser idoso, da Comissão. Sempre o mais idoso assume o cargo mais importante como se diz. Eu até acho que a Relatoria é mais importante que a Presidência, mas uns acham o contrário. Agora, o alerta que eu faço, viu Senhor Presidente? Com muita educação, com muita calma, para não pensar que é



perseguição, que nada. Quando os vereadores estão discutindo, funcionário que está no Plenário, que não tem poder de palavra, não pode entrar nisso, não pode entrar para conversar com vereador em hipótese alguma, alguma, alguma. Simplesmente com a Sua Excelência pode, o senhor está conduzindo os trabalhos. Agora, com vereador, não. Em Plenário, eu não concordo com isso. Isso é uma coisa que já vem acontecendo na Casa há muito tempo, estou pedindo ao senhor que tome providência disso. Muito obrigado”.

O Senhor Presidente: “no caso, é funcionário?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “funcionário que assessora a Sua Excelência aí não tem poder numa discussão de uma CPI, de qualquer circunstância dentro do Plenário entrar em discussão de vereador, em conversa de vereador, a não ser que o vereador procura para conversar. Eu quero conversar com o funcionário Diego, eu saio daqui ou eu chamo ele e pergunto a ele. Ele entrar em discussão não pode”. O Senhor Presidente: “cada um tem um modo de ver. Eu vejo que o Jurídico está orientando os vereadores, não está forçando barra nenhuma e eles recebem o seu salário para isso. Em todas as Câmaras...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não, não recebe não”. O Senhor Presidente: “eu estou com a palavra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “recebem o salário, eles não podem intervir no Plenário”. O Senhor Presidente: “eu estou com a palavra, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas tudo com o senhor é da forma que o senhor quer”. O Senhor Presidente: “eu estou com a palavra, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o senhor realmente está com a palavra, a Sua Excelência”. O Senhor Presidente: “não me atropela não, eu estou com a palavra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “me desculpe, me desculpe, a Sua Excelência está com a palavra”. O Senhor Presidente: “eu estou com a palavra. Não tem forção de barra. O corpo jurídico nosso eu confio nele e muito, não tem forção de barra do corpo jurídico sobre os vereadores. Eles têm



realmente que orientar a Presidência e a Mesa, é o que está sendo feito, é feito em todo o mundo. Então...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu vou me pronunciar porque eu fui uma pessoa que reclamei disso aqui e parecia que era uma coisa pessoal, mas é um erro e o que o senhor está colocando não está de acordo com o que está registrado aqui agora. O vereador Nélio Aurélio fez um questionamento aqui com o vereador Leci Alves Campos e a Procuradora Adjunta interferiu e disse ‘não senhor’ e colocou a posição dela numa discussão entre os vereadores. Isto está errado. Ela e qualquer um aqui pode até vim aqui, conversar com o vereador individualmente. Entrar na discussão não pode. Só quem pode discutir aqui são os vereadores entre si. Esse fato está errado. Isso eu questionei de uma forma não tão educada como o vereador Nélio questionou, mas eu me sinto na obrigação de falar para justificar que quando eu reclamei, eu não estava errado. Então, aconteceu agora mais uma vez. É só para deixar registrado isso”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que o...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com licença. Eu quero dizer que o episódio do senhor com a Dra. Delma é muito diferente. Ela estava me orientando, ela estava me falando um artigo, então, houve o atropelamento. Ela, volto a frisar, em todas as Câmaras a Mesa tem a sua assessoria ao seu lado”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu pedi primeiro”. O vereador Flávio de Almeida: “pode falar vereador”. O Senhor Presidente: “vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “o vereador André fez o comentário da participação de funcionário da Casa sobre a decisão. Eu gostaria de reforçar, vereador, que a decisão é minha, eu não me envolvo com a opinião de outras pessoas. A questão minha de participar somente da



CPE é uma questão, juridicamente diz que é foro íntimo, não é isso? Mas é porque eu quero me esforçar neste trabalho e eu já aviso aos nobres colegas Fausto e o colega Alessandro que eu quero ser candidato a Presidente desta Comissão. Eu quero fazer um grande trabalho nessa Comissão Processante Especial”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “então, eu gostaria de dizer o seguinte, que o fato de eu não participar mais como membro da CPI não quer dizer que eu não vá contribuir com a CPI, uma vez que as reuniões são abertas a todos, as oitivas são abertas a todos, cabendo também ao vereador até questionar as pessoas envolvidas. Eu contribuí sim, fiz a minha participação, vou continuar colaborando. Aproveito para elogiar o vereador Flávio, ele é o Presidente da CPI, tem feito um trabalho muito sério, muito respeitoso. E nós dois tivemos nesse período aí um relacionamento muito bom e muito pertinente ao trabalho da Comissão Parlamentar. E, senhor vereador, eu continuo à sua disposição, se o senhor quiser conversar comigo sempre sobre a CPI não há problema. Agora, eu creio que eu participar da Comissão Processante e da Comissão Parlamentar, eu posso prejudicar o trabalho e eu não estou aqui para isso, eu quero é colocar todo o meu conhecimento, todo o meu afínco, a minha dedicação ao trabalho da CPE. Muito obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o vereador Flávio pediu primeiro. Com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, é que a CPI é um conjunto. Você vai fazendo o trabalho e você vai mostrando a sua linha de raciocínio para os próprios membros. Então, a gente... Eu estava insistindo para que o vereador ficasse porque ele já conhece a linha de raciocínio da gente, sabe a forma da gente trabalhar, ele já está todo pronto para a próxima parte da CPI. Mas a decisão é dele, não é? Espero que o





Presidente indique alguém que consiga... Seja a mesma altura, não é? A idade eu não sei se vai ser comparada, mas a altura dos conhecimentos”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador, com certeza, vereador, se eu não tivesse sido sorteado... Eu não sou Alessandro, mas estamos juntos, não é isso? E eu, então, vou estar participando, mas como eu disse continuo colaborando e à sua disposição”. O vereador Gilson Antônio Marques: “embora já um pouco tardio, já entrou outros assunto aí no meio. Eu queria, Senhor Presidente, mais uma vez tentar usar o bom senso e dizer ao senhor que eu concordo com o vereador Nélio, com o vereador André. Eu não tenho absolutamente nada contra a Dra. Delma, muito pelo contrário, ela sempre muito cortês, muito educada comigo, mas cada coisa no seu lugar. Isso que tem acontecido aqui está errado. Eu acho que o dever de um bom gestor é ter humildade suficiente para admitir quando ele está errado, o senhor não está tendo essa postura. Eu queria que o senhor avaliasse criteriosamente este Regimento, mais uma vez vou fazer esse pedido ao senhor, e tome as medidas necessárias para que não nos obrigue a tomar essas medidas na justiça. Este Regimento vem sendo atropelado, ela de fato não pode falar com vereador, ela pode falar com o senhor, e ela pode falar com vereador lá atrás ou se o vereador chamar ela aqui na mesa, como eu chamei semana passada. Mas essas discussões igual ela fez ali agora, igual fez com o vereador André, isso não pode acontecer aqui. O senhor fica nervoso, quer dar razão onde não tem, quer ser o dono da verdade, não dá o braço a torcer. Eu tenho profunda admiração pelo senhor fora desse Plenário, mas nunca vou deixar de enfrenta o senhor nesse Plenário quando for preciso. Então, eu estou pedindo ao senhor que dê uma leitura nesse Regimento, o senhor é um vereador velho de Casa, o senhor está cansado de pregar aí que tem quase trinta anos de Casa. Está errada essa postura. E eu quero fazer coro com os meus colegas e vou cobrar do senhor. Estou



cobrando hoje amigavelmente, se as medidas não forem tomadas, nós vamos tramitar essas providências na justiça porque não tem como aceitar essas coisas que estão aqui, é inadmissível. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero só responder o vereador que absolutamente eu não estou nervoso, estou calmo demais. Na próxima reunião nós vamos tomar as providências sobre o membro da CPI”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Amanhã nós já temos CPI às quinze horas. Aí, eu gostaria que logo em seguida que a CPE decida quem que é Presidente, Relator, que o senhor faça um novo sorteio e coloque porque amanhã eu não tenho como parar a sessão de amanhã e eu não consigo fazer sem o Relator”. O Senhor Presidente: “eu pediria à Comissão para...”. O vereador Flávio de Almeida: “isso é cinco minutos”. O Senhor Presidente: “já pedi cinco minutos para vocês decidirem o destino dos membros”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está suspensa, Senhor Presidente, a reunião?”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “outra vez? Isso não vai acabar hoje não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, está suspensa?”. Decorridos alguns minutos, o Senhor Presidente: “eu pediria aos vereadores, nós vamos fazer uma pequena reunião aqui para nós escolhermos um membro para substituir o vereador Leci Campos, na sala ao lado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não é isso, Presidente? Automático eu assumo a Relatoria, não é?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “me inclua fora dessa”. O Senhor Presidente: “retornando a nossa reunião na noite de hoje, em consenso ficou a CPE: Presidente Leci Alves Campos; Relator Fausto Niquini; Sub-relator Alessandro Bonifácio. A CPI, eu, como Presidente desta Casa, poderia escolher um vereador. Mas como eu sempre nesta Casa, eu ouço a maioria, nós vamos consultar o Plenário para o Plenário decidir quem será o membro da CPI. Então, consulto o Plenário, os vereadores que estiverem de acordo com o nome do



vereador Gilson Marques permaneçam como estão. Aprovado por dez votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, inclusive, automaticamente, eu seria o Relator, mas abro mão para o vereador Gilson ser o Relator da CPI e eu continuar como Sub-relator”. O Senhor Presidente: “constituída a Comissão, determino a expedição de Portaria nos termos da Lei. Leitura de correspondências”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, antes que o senhor faça a leitura da correspondência uma questão de ordem.”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, Leci Alves Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “na semana passada, Senhor Presidente, nós fizemos um requerimento para que esta Casa fizesse uma correspondência para o Secretário de Fazenda a respeito do fechamento da nossa Agência Fazendária. Eu solicito à Presidência que me encaminhe uma cópia dessa correspondência que foi encaminhada ao Secretário de Fazenda. E gostaria que fosse registrado que eu recebi hoje uma correspondência do Sindicato dos Funcionários da Fazenda, também indignados com o fechamento da Agência de Nova Lima e solicitando ao Superintendente Sr. Marcos Baeta explicações sobre o fechamento da Agência de Nova Lima. E ele inclusive explica todas as receitas para o Estado que essa Agência de Nova Lima traz, não é? A gente deixa bem claro que o fechamento dessa Agência irá prejudicar o trabalho dos nossos contadores, o trabalho da Associação Comercial, o trabalho dos moradores não só de Nova Lima, mas também Raposos e Rio Acima, e também os funcionários da Fazenda lotados na Agência local. Então, eu gostaria de reforçar, Senhor Presidente, este empenho desta Casa junto ao Secretário de Estado de Fazenda para que a gente consiga que essa Agência continue com as suas atividades na cidade”. O Senhor Presidente: “vou dar uma explicação para o vereador, a Presidência já enviou o ofício a Belo Horizonte suplicando que o Estado de Fazenda continue aqui em Nova Lima, que



Nova Lima necessita urgentemente que continue o belo trabalho para o nosso povo. Então, a Câmara já cumpriu a obrigação. Pediria à secretária para amanhã enviar a cópia para o senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, ainda nessa fala do vereador Leci Campos, que eu concordo, vereador Leci, também estive conversando com a Mércia, eu acredito que ela... Ela me disse que procurou a maioria dos vereadores aqui para discutir esse assunto. Eu penso que nós temos que realmente nos mobilizar. A população vai ficar extremamente prejudicada a partir do momento que esta Agência deixar de atender a nossa população, e é a população de Nova Lima, Raposos e Rio Acima. E são coisas que, às vezes, a pessoa não pensa, mas o IPVA, por exemplo, que ela deixar de pagar e precisar de um documento em cima disso, ela vai ter ir na Cidade Administrativa, a princípio, para conseguir esse documento ou numa... Nota fiscal avulsa, é uma infinidade de serviços que esta Agência presta para o município. Então, eu penso que mais do que uma carta, e foi o que eu prometi para a Mércia, e acho que fica aqui uma promessa para o povo de Nova Lima, mais do que uma correspondência, nós temos que nos mobilizar com as nossas bases no Estado para a gente tentar fazer com que isso não aconteça com a cidade de Nova Lima. É uma perda que vai ser irreparável para a cidade de Nova Lima. Sabendo que isso vai acontecer até novembro e a gente já está no início de outubro. Então, eu penso que os vereadores tem sim que se mobilizar para que isso não aconteça. Muito obrigado, Senhor Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Antes de a vereadora falar, a minha fala é rápida. Pedir à Sua Excelência porque olha o horário, só que cumprisse a pauta, por favor. Obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “a pauta está sendo cumprida. Com a palavra a vereadora Ângela Lima”. A vereadora



Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. eu só queria ratificar que eu também recebi essa mesma correspondência que o vereador Leci Alves Campos acabou de relatar. Obrigada”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, deixa eu só fazer uma pergunta para o senhor? É porque eu recebi no meu gabinete uma correspondência do Sindicato dos Servidores Públicos. Essa correspondência não está no material da reunião de hoje?”. O Senhor Presidente: “ela não está em pauta não. Quando a correspondência chegou, chegou tardiamente, já tinha fechado a pauta”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, não tem como ler ela não?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente. Leci pode emprestar aí, eu não sou contra não”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “lê aí, Leci”. O Senhor Presidente: “não, o Leci não. O Secretário, por favor. Leitura de correspondências”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Secretário, ela foi protocolada na Casa?”. O Senhor Presidente: “foi”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “foi? Obrigada”. O Senhor Secretário proferiu leitura da íntegra do ofício sem número da Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Nova Lima, Érika Fernanda de Souza, aos Ilustríssimos Senhores Vereadores do Município de Nova Lima/MG. Ref.: Solicita apoio dos Vereadores. Corte de dias dos servidores grevistas. Descumprimento de Ordem Judicial do Prefeito Municipal. Possibilidade de deflagração de greve. Logo, após a leitura da correspondência, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de fazer um agradecimento aqui, a correspondência foi protocolada minutos antes da reunião, sendo que a pauta já estava fechada, agradecendo o vereador Leci Campos por conceder a cópia. Com a palavra a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu gostaria de solicitar uma



cópia do protocolo da correspondência. Obrigada”. O Senhor Presidente: “perfeitamente, amanhã a senhora terá em suas mãos as cópias”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.539/2015, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.448 de outubro de 1995, Código Sanitário Municipal, no que se refere à composição da Junta de Julgamento Fiscal Sanitário e Junta de Recursos Fiscais Sanitários, além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Agradecer ao senhor pela colocação desse projeto que vai ser muito importante para o município de Nova Lima. E já consensar com os vereadores que eu vou estar convidando a Secretária de Saúde e a Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária para antes da votação estar vindo aqui nos dar esclarecimentos a respeito desse projeto para que a gente possa votar com precisão e com a certeza de que a gente está no caminho certo da aprovação desse projeto. Obrigada”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 311/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Marcos Raimundo Silva das Graças”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 314/2015, autoria dos vereadores José Guedes e Leci Alves Campos, que “Confere o Título de Cidadania Honorária de Nova Lima à Dra. Ivana Andrade Souza”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.533/2015, autoria do Poder Executivo, que “Extingue e promove a fusão de Secretarias, transforma Coordenadorias



e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário: “...o Vice-Presidente Flávio de Almeida não assinou o parecer. O Senhor Presidente: “convidaria o vereador Flávio para assinar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Após a leitura do Parecer desse projeto, que para ser simples ‘extingue e promove a fusão de Secretarias’, me parece que ainda tem que passar pela Comissão de Legislação e Justiça ou é a última?”. O Senhor Presidente: “Comissão de Orçamento, Finanças e Tomara de Contas”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “já passou por todas elas? Então, eu ia propor que o senhor consultasse o Plenário porque quanto mais rápido essa fusão de Secretarias acontecer e esse... Não é fácil não, não é?...”. O Senhor Presidente: “coordenadorias?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “e esse... Essas medidas que o prefeito vai tomar por questão de custos é muito melhor que se vote logo e ele já pode trabalhar, porque isso aqui é diminuindo custos, está bem claro aqui olha ‘fusão de Secretarias’, inclusive de pessoal. Queria que o senhor consultasse o Plenário e pusesse para votar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o senhor me permite?”. O Senhor Presidente: “tem que seguir aqui porque tem que encaminhar o projeto de lei à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomadas de Contas, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas eu estou pedindo para o senhor...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “senhor, questão de ordem”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “deixa eu só completar, só para... Só um minuto. Eu estou pedindo a Sua Excelência para consultar a... Aliás, quando eu perguntei já disse que a Comissão já havia feito o parecer”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a de Orçamento não”. O Senhor Presidente: “não. Está faltando a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomadas de Contas. Falta a Finanças e Tomada de Contas, ainda falta”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só falta qual? Mas antes eu



perguntei, ele falou que já tinha passado. Estou enganado, não é?”. O Senhor Presidente: “não senhor, não senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, está bom. Vou terminar, só concluir, por favor. Então, eu estou lhe pedindo a Sua Excelência que consulte a Comissão de Orçamento, se ela pode liberar que seja votado hoje porque isto é questão de necessidade do município até porque nós estamos no fim do ano aí. Já já chega o fim de ano e não tem nem o que votar mais”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, público presente, senhores vereadores. Vereador Nélio, eu penso que a posição do senhor é prudente, dada as questões que o município vem vivenciando, no entanto eu gostaria de ponderar esta questão uma vez que eu tenho algumas questões com relação às Coordenadorias que representam o maior ganho, não só na administração anterior, mas também nesta administração. Algumas Coordenadorias ali, como a da Juventude, são Coordenadorias extremamente importantes e ainda que o prefeito diga que ele não está terminando com essas Coordenadorias, na fala dele ele fala que ele não está acabando com essas Coordenadorias, mas na lei fica muito claro, é extinção de Coordenadorias. Então, eu queria discutir isso mais, não só com o Plenário, mas também e principalmente com a população uma vez que a gente sabe da necessidade e da importância dessas Coordenadorias para a nossa população. Estive presente com o vereador Alessandro Luiz Bonifácio nessa semana no Dia do Idoso, onde a gente percebeu o trabalho da Coordenadoria do Idoso, não é? Um trabalho assim extremamente importante para uma população que a gente sabe que está envelhecendo. Nova Lima tem uma população de idosos, então, é extremamente importante. Eu concordo mais uma vez que... E fui defensor inclusive aqui nessa Casa que as Coordenadorias precisavam ser revistas sim, mas aí a gente está falando da ação das pessoas e não da política pública que a gente





implantou nessa cidade e que elevou a autoestima das pessoas dessa cidade. Então, Senhor Presidente, eu suplico não só ao senhor mais também ao Plenário que a gente possa discutir mais essa lei, apesar de respeitar muito o posicionamento do vereador Nélio Aurélio”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu queria dizer que eu e o vereador André, como Presidente e Vice-Presidente dessa Comissão, nós lemos o projeto, lemos o parecer e eu também queria que o senhor liberasse essa Comissão. A gente já tem a nossa opinião própria da Comissão, a gente concorda em votar isso hoje e pedir para colocar em votação. Nós aqui não estamos dizendo que essas Coordenadorias não são importantes para o município não, é claro que são, tanto é que nós votamos, eu votei e todos os vereadores aqui votaram elas para serem criadas. Nós estamos falando da situação. Hoje o governo está pagando apenas uma parcela de servidor que ganha até três mil reais, vai tentar pagar uma outra parcela até segunda-feira do intermédio e o mais alto salário somente no dia vinte, está na programação. Com um agravante, hoje chega uma ordem judicial no município bloqueando um milhão e setecentos mil reais de dívida trabalhista, salvo engano, que esse pessoal do dia vinte já pode ficar com a pulga atrás da orelha, nem sabe se vai receber. Então, a situação é muito complicada, cada dia mais complicada. Nós estamos já na virada do ano, tudo o que se é votado dentro de um exercício, dentro dessa Casa, pode voltar à Casa em janeiro e quem sabe até lá as pernas estão firmes e equilibradas. E a prefeitura e o município e a Câmara podem novamente apoiar e recolocar essas Coordenadorias no lugar. Mas hoje eu acho que é de extrema importância que se vote esse projeto. Nós estamos falando de duzentos e pouco mil reais, tem gente que fala ‘ah, isso não é dinheiro para o município’. Quem dera eu tivesse duzentos mil reais na minha conta hoje, quem me dera”. O vereador Silvânio



Aguiar Silva: “Senhor Presidente, como líder do Partido do PT. Mais uma vez eu volto a dizer que eu respeito o posicionamento dos senhores, mas se esse processo for para votação hoje, eu vou pedir vistas do processo uma vez que eu quero discutir com as Coordenadorias sobre esta questão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Acho mais do que legítimo, é um direito do senhor ter a opinião do senhor assim como nós temos a nossa. Eu insisto e ratifico a minha posição de que o projeto deve ser votado hoje, mas assim como eu tenho o direito de pedir para ser votado, o senhor também tem de pedir a vista. Siga em frente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Com relação a esse projeto, nós já conversamos como o vereador Gilson bem disse, já conhecemos o projeto, já temos o nosso parecer. Para agilizar, eu também concordo com a dispensa do nosso parecer e que ele se coloque em votação. Quero ressaltar aqui que eu entendo perfeitamente a preocupação do vereador Silvânio Aguiar, ela é pertinente, uma palavra muito usada por ele mesmo. Agora, eu quero dizer que eu não sou a favor só da extinção dessas não. Eu sugeri até ao prefeito que se... Eu quero dizer primeiro que esta é uma das reivindicações do Sindicato, que se juntem Secretarias. É uma das reivindicações do Sindicato, que se juntem Secretarias, que se extingam cargos e por aí vai. Eu quero dizer que eu sou a favor de que se junte até mais, inclusive já propus até para o prefeito, mas é uma prerrogativa dele, mas se vier mais para cá, pode ter certeza, se quiser juntar, vou dar nome aos bois só para poder ficar bem claro, se quisesse juntar Esporte, Cultura e Turismo, para mim estava de bom tamanho também, como essas aí também. Eu não tenho... Se quiser juntar qualquer Secretaria, se quiser juntar tudo, fazer um... Eu sou a favor de que se busque uma solução para reduzir gastos. Agora, claro que toda e



qualquer decisão vai sempre atingir uma classe e essa classe tem todo o direito de se defender, mas se vier aqui para juntar Secretarias vai ter o meu apoio”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu pedi um aparte”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “com certeza, eu concedo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria ainda ressaltar, ressaltar, melhor dizendo, que essas Coordenadorias quando o município tem gordura para se gastar, ela é realmente um divisor de águas, significa riqueza e que não é nossa, é do município, tem que dividir mesmo. Se tem dinheiro para dar emprego, tem que dar o emprego, é óbvio, está na função do município, mas hoje nós não estamos tendo água nem na torneira, que dirá no caixa. A prefeitura hoje não tem café, sabe? Então, as coisas acho que são muito mais sérias do que estão. E aí eu vou falar para o senhor, vereador Silvânio Aguiar, eu, apesar de respeitar a opinião do senhor, eu fico admirado porque o senhor foi o que mais defendeu a fusão dessas Secretarias, inclusive eu fiz uma fala aqui com Sindicato, quase apanhando aqui fora, numa multidão tremenda me apertando ali porque não quis assinar uma carta que eles colocaram aqui. Eu fiz questão de defender o senhor, eu disse ‘não, nós estamos trabalhando sim e não estamos trabalhando sozinho não, inclusive o vereador Silvânio Aguiar quase bateu no prefeito hoje para mostrar a ele que existem outros caminhos, inclusive a fusão de Secretarias, a dispensa de Coordenadorias, etc. e tal’. Aí hoje, sou pego de surpresa, mas continuo respeitando a opinião do senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu fui citado. Vereador, eu fui desde o primeiro dia desse governo defensor de algumas questões importantes nessa cidade. Eu bati aqui, não foi pouco não, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que até hoje não faz nada e que o prefeito não trocou o Secretário, que o prefeito não entregou aluguéis, que o prefeito continuou deixando... Deixou o barco afundar para depois jogar na mão dessa Casa a solução do



problema. Semana passada eu estive aqui, senhor vereador, e todo mundo aqui é ciente disso, cobrando do prefeito, não recebi documento nenhum, a questão daquele aluguel em frente à fábrica de balas. Alugou aquilo lá com a desculpa de que tiraria o aluguel daqui de baixo, que passaria para lá, acho que quatro, cinco Secretarias, e até hoje a gente está esperando. Em dois mil e quatorze, dois mil e treze, eu cobrei do prefeito altos salários da prefeitura e que até hoje estão recebendo porque eu fui chamado de mentiroso e o senhor estava dentro da sala comigo, e até hoje está na folha de pagamento. Em dois mil e quatorze também, senhor vereador, eu coloquei a questão do aluguel da ACM e eu trouxe fotos, eu só não vou conseguir mostrar para vocês aqui agora, que eu consegui ter acesso a um relatório de quando foi alugado aquilo ali para a Coordenadoria do Idoso, o estado deplorável que estava aquilo, que foi alugado por vinte mil reais, que está aí na CPE. Foi alertado, eu tenho documento, eu não estou tirando nada da minha cabeça não, foi alertado para o prefeito ‘Senhor Prefeito, o senhor alugou aquilo, o que o senhor vai fazer com aquilo?’ ‘Ah, eu vou comprar’, ou seja...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu estava presente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “exatamente. Ou seja, eu alugo, fico X meses lá pagando vinte mil reais de aluguel de um prédio que pode ser demolido, que pode ser demolido e depois eu falo assim ‘eu vou comprar’. Então, vereador, o que eu estou colocando aqui não é que eu não quero que faça a fusão de Secretarias não. Defendi desde o primeiro momento a fusão de Secretarias, desde o primeiro momento, e continuo defendendo, viu André? Quando você fala da fusão das três Secretarias aí, eu continuo defendendo. O que eu não concordo é pegar uma política pública que está no governo, que eu briguei aqui inclusive com a ajuda da vereadora Ângela Lima, fizemos uma carta aqui que falava exatamente disso, exatamente disso. Aí eu falava assim, se as pessoas que estão no



cargo não estão de acordo com o que elas estão fazendo, o prefeito tem a obrigação de cobrar, ele tem a obrigação de pegar essas pessoas que não estão trabalhando e colocar na rua, porque funcionário público não é igual eu vejo o pessoal falando de boquinha aí, não é? Tem uma questão da boquinha que o cara vai lá e não faz nada. Não é para isso, não é para isso. A Coordenadoria existe para funcionar. Quando eu falei aqui da Coordenadoria do Idoso, que foi um erro do prefeito lá atrás tirar a Andréia, que fique registrado nesta Casa também que eu protestei aqui dentro da retirada da Andréia de uma Coordenadoria que estava funcionando. Eu defendo a Andréia, Andréia é uma pessoa que trabalha. Mas antes de defender a Andréia, antes de julgar qualquer pessoa, antes de dizer que esta ou aquela Coordenadoria não trabalha, eu tenho que defender uma política pública que foi implantada no nosso governo, que funcione e que é boa, é a participação popular, é deixar com que as pessoas decidam o que vai ser feito das políticas públicas da cidade. Vereador, e eu vou te dizer mais, eu vi hoje, eu estou indo nas escolas, eu vi a merenda que está sendo servida nas escolas. É uma vergonha, vereador”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vereador Silvânio, um aparte. A do Cruzeiro não, tá”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, beleza. Na escola que eu fui. É uma vergonha. Então, dizer assim que a economia de duzentos mil reais vai resolver o problema do governo é mentira, não é verdade. Duzentos mil reais não resolve o problema do governo. O problema do governo está na gestão e é na gestão que eu fui chamado de mentiroso na frente de todo mundo, aliás, na frente de sete vereadores, mas que eu tinha certeza do que eu estava falando. É uma gestão que quando teve o acordo salarial aqui, que o senhor tanto defende e eu concordo que o senhor defenda, eu coloquei questões em cima desse acordo salarial aqui, do super salário que alguns funcionários da prefeitura têm, coloquei isso aqui tudo. E agora eu não vou, de maneira



nenhuma, deixar esfacelar, porque eu não estou falando das Secretarias, eu estou falando especificamente das Coordenadorias, eu não posso de maneira nenhuma deixar esfacelar as Coordenadorias que o nosso Partido tanto defendeu. É nesse sentido. E eu prometo que eu não falo mais, Senhor Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, o vereador Flávio pediu primeiro”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, mais uma vez na Casa nós perdemos trinta minutos. Vejam bem, encaminhar para uma Comissão, uma semana de prazo. O vereador Silvânio Aguiar já deixou bem claro no início da discussão que, de qualquer forma, ele pede vista. E nós continuamos na mesma discussão. Vai consultar o Plenário? Tudo bem. Do mesmo jeito é um semana de prazo, porque consulta o Plenário, põe no dia de hoje e ele pede vista, mas nós continuamos, da mesma maneira, discutindo a mesma coisa. Então, Senhor Presidente, nós estamos perdendo um tempo que não faz sentido”. O Senhor Presidente: “realmente não faz sentido, vamos encerrar, ele vai pedir vista como o vereador Flávio disse”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem, Senhor Presidente. Até porque foi eu que levantei a questão, é dentro disso que eu estou pedindo questão de ordem. Na verdade, Senhor Presidente, o vereador tem todo o direito de pedir a vista, só que a vista para chegar nele ainda tem que passar por alguns trâmites do Plenário. Eu pedi que consultasse a Comissão de Orçamentos, se ela negar, aí o projeto não precisa nem de vista, tramita até o final. Agora, se ela concordar, a Comissão de Orçamentos, que dispensa o interstício, aí na segunda parte entra o projeto para votação e o vereador passa a pedir vista, agora não é lugar da vista. Eu peço que o senhor consulte a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas se vai dispensar ou não...”. O vereador



Gilson Antônio Marques: “eu pedi questão de ordem, o assunto estava comigo”. O Senhor Presidente: “eu sou sabedor disso, eu estou com a pauta aqui na mão, eu sou sabedor disso, estou deixando a discussão. Perderam muito tempo, sendo que o vereador anunciou lá no início que ele iria pedir a vista”. O vereador Gilson Antônio Marques: “e vamos perder mais dois minutos aí porque eu pedi questão de ordem. Só queria dizer que eu entendo perfeitamente, eu já havia dito isso. Agora o vereador desmembrou qual que é a dúvida dele, ficou mais claro para mim. A dúvida é porque a defesa existiu e hoje é contrária. Com o desmembramento que ele fez aí, eu entendi claramente, é um direito dele de pedir vista e acho que está certo. Agora, queria ponderar mais uma vez que duzentos mil pode não resolver o problema do município, mas com certeza o ajuda a complicar, tenha certeza disso. Muito obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, como Sub-relator da Comissão. Eu posso”. O Senhor Presidente: “eu vou dar a palavra ao senhor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o meu parecer, que eu já vi que Gilson e André já venceram, o meu parecer é que se essas Coordenadorias recebem verba do Governo Federal? OK, Presidente? O meu parecer separado, por favor, na Comissão. Registou, Rúbia? Certo?”. O Senhor Presidente: “vereador, o senhor podia repetir que...?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o meu Parecer na Comissão é para saber se as Coordenadorias recebem verba do Governo Federal”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, o senhor me dá um aparte? Senhor Presidente, o questionamento do vereador Silvânio que, inclusive, ocupa o cargo de Relator da Comissão de Orçamento... Sim, pois é. O Alessandro é o Relator da Comissão de Orçamentos, Finanças e Tomadas de Contas juntamente com o vereador André e o vereador Gilson. E o membro aqui da Comissão está fazendo uma pergunta, deve ser até para a própria Comissão, não é isso vereador? É o seguinte, só um



minutinho vereador. A existência das Coordenadorias, ele está questionando se elas recebem verba federal para poder aplicar nas Coordenadorias e se a extinção das mesmas vai assim perder essas verbas do Governo Federal. Eu creio que é isso que o vereador questionou”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é isso, com certeza”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereador Leci, me dá um aparte?”. O Senhor Presidente: “vamos falar um de cada vez, senão ninguém entende nada”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “um aparte. A questão não é essa, isso não entra na discussão. A questão é saber a Comissão quer que dispensa ou não? É só isso. Isso não cabe aqui saber se tem verba ou não”. O Senhor Presidente: “vamos terminar, eu vou colocar...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vereador Nélio, com o meu parecer depois eu tenho justificativa de voto”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não vereador, eu estou falando que isso não cabe. O senhor pode pôr até o seu parecer, mas está dispensado”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar para o Plenário”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “esse é o meu parecer”. O Senhor Presidente: “vereador, eu vou colocar, já foi discutido várias vezes, nós perdemos um grande tempo aqui, eu também não estou com pressa”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu ainda estou com a palavra que o Nélio pediu foi um aparte”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado, vereador pela sua delicadeza”. O vereador Leci Alves Campos: “de nada, senhor meu colega Nélio. Eu achei como diz o vereador Silvânio Aguiar, o que o vereador Alessandro solicita é pertinente porque se a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas vai fazer um Parecer voltado à redução de custo, ele também tem que falar sobre a perda de receita. Quando se está deixando de gastar, pode deixar de ganhar também, não é isso, vereador? Então, isso é uma análise que eu acho pertinente de sabermos, não é isso, vereador?”. O Senhor Presidente: “vou consultar o





Plenário... A Comissão...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “eu vou dar a palavra ao senhor, mas o vereador tem que falar na hora certa, eu reinicio aqui, aí me cortam. Três vezes já. Então, é a última vez. Com a palavra o vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu sou um dos que menos falam aqui”. O Senhor Presidente: “não estou corrigindo senhor não, estou corrigindo todos. É a terceira vez que eu vou colocar em Plenário, me cortam e nós vamos perdendo tempo. A pauta hoje é grande”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “bacana. Mas eu acho interessante o seguinte, o assunto cabe discussão e eu até acho que como o vereador Silvânio Aguiar já disse que vai pedir vista, eu acho que o nosso Excelentíssimo Senhor Prefeito Cássio Magnani podia aproveitar e fazer uma retificação nesse projeto e reduzir para, pelo menos, umas quinze Secretarias. Acho que ficaria muito bom. O que nós estamos precisando aqui na nossa cidade é enxugar a máquina pública, aí sim, e tomar um caminho novo, um rumo novo no governo municipal. Muito obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “muita toalha, vereador”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário. Os vereadores que...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu tenho que interferir a Sua Excelência. Não é o Plenário, é a Comissão”. O Senhor Presidente: “é a Comissão, desculpa. Na minha fala anterior eu tinha dito Comissão. Um vereador corta, o outro corta, então, desculpe-me. É consulto à Comissão. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado pela Comissão. Encaminho o projeto... Vou encaminhar...”. O vereador Flávio de Almeida: “deixa o presidente, gente”. O Senhor Presidente: “ô gente, aqui, enquanto eu estiver falando... Vocês estão avacalhando, alguns vereadores estão tentando me perturbar, mas não vão conseguir. É o tempo todo. É verdade. Um fala em cima da fala do outro. Tem que ter uma regra aqui, entendeu?”. O vereador André Luiz



Vieira da Silva: “Senhor Presidente, questão de ordem. O que aconteceu aqui foi uma dúvida porque na verdade ficou... A gente entendeu, eu e o vereador Gilson, entendeu que o senhor estava consultando a dispensa, se dispensava da Comissão. Foi esta a pergunta? Não, é porque o vereador Leci entendeu que ele estava consultando para permanecer na Comissão. Então, se consultou, só para se confirmar, Senhor Presidente, é porque houve um entendimento aqui do vereador Leci que o senhor estava consultando para permanecer na Comissão. O senhor estava consultando a dispensa da Comissão, não é isso? É só para tirar a dúvida. A dispensa da Comissão, não é isso?”. O Senhor Presidente: “exatamente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “então. E eu, o vereador Gilson e o vereador Coxinha concordamos com a dispensa. É só isso, só para ficar claro”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu sou contra dispensar o parecer da Comissão de Orçamento”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é, mas só quem decide é a Comissão”. O Senhor Presidente: “mas quem decide aí a votação são...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu vou terminar, gente. Quem decide isso é a Comissão. A Comissão é formada pelos vereadores André Vieira, Alessandro Bonifácio e Gilson Marques. A Comissão... Está em votação, a Comissão, se concordar com a proposta, permaneçam como estão. Permaneceram. Vai encaminhar, vou continuar para a segunda etapa da reunião. Em votação...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, não é esse assunto não, questão de ordem. Só para eu entender aqui, Senhor Presidente, só para eu entender aqui. Como já foi dispensa de interstício da Comissão, agora para passar para a segunda parte, o senhor vai consultar o Plenário se pode entrar em votação, não é isso?”. O Senhor Presidente: “já consultei”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “já consultou? Então, obrigado”. 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos



Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.535/2015, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Manoel Francisco de Moraes. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.537/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde e ao esporte, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: Veto Integral do Poder Executivo à emenda ao Projeto de Lei nº 1.520/2015, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício de 2016 e dá outras providências”. Em única votação por escrutínio secreto. O Senhor Presidente nomeou os vereadores Fausto Niquini Ferreira e Leci Alves Campos para atuarem como escrutinadores. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, o Senhor vai colocar em discussão antes de votação?”. O Senhor Presidente: “posso colocar, não tem problema nenhum”. O vereador Leci Alves Campos: “é só... Então, eu vou aguardar o Senhor colocar”. O Senhor Presidente: “já disse que está livre”. O vereador Leci Alves Campos: “está em discussão? É só para a gente deixar claro aqui, até para as pessoas que estão assistindo entenderem o que nós vamos votar agora. Nós vamos explicar então. Pois bem, foi colocado aqui em discussão o projeto que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária, ou seja, a LDO. Pois bem,



os vereadores, esta Casa, se não me engano, foi votado até por unanimidade, não foi, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “a emenda foi”. O vereador Leci Alves Campos: “é porque no projeto enviado pelo prefeito, ele informava que o município vai arrecadar no próximo ano na ordem de seiscentos e cinquenta milhões, se não me engano”. O Senhor Presidente: “não, quinhentos e sessenta milhões”. O vereador Leci Alves Campos: “quinhentos e sessenta milhões? Então, arrecadaria no próximo ano quinhentos e sessenta milhões. Então, esta Casa colocou uma emenda para reduzir para quatrocentos e quarenta, ou seja, diminuir cento e vinte milhões. Não é isso?”. O Senhor Presidente: “a emenda do vereador José Guedes”. O vereador Leci Alves Campos: “isso. E hoje... E o prefeito vetou a emenda, certo? Pois bem, o prefeito vetou a emenda para voltar para os quinhentos e sessenta. Então, o prefeito está entendendo que ano que vem arrecada quinhentos e sessenta”. O Senhor Presidente: “exatamente”. O vereador Leci Alves Campos: “é só isso que eu tinha para dizer”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Já que pôs o projeto para se falar sobre ele, eu vou falar só duas palavras, isso já aconteceu anteriormente aqui. Quatrocentos e sessenta ou quinhentos e cinquenta é do município do mesmo jeito. É só excesso de receita, se acontecer, concorda vereador? Acabou”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, nós somos cobrados pelos servidores públicos que lotaram esta Casa há poucos dias atrás, em função de termos votado setecentos e sessenta milhões ou setecentos e vinte milhões no ano passado. E a gente foi cruelmente cobrado aqui pela irresponsabilidade segundo alguns falavam. Vereador Leci Campos quando faz essa sua observação, eu acho ela pertinente. E aí eu tenho que ser justo com a Administração quando, ao ler o parecer ou a mensagem que ela manda para a gente, ela disse que esse nosso corte veio desprovido de uma análise técnica. E aí eu sou obrigado a concordar



com ele que, realmente, nos debruçar em cima de uma análise técnica, isso, realmente, pelo menos de minha parte, aí eu não posso responder pelos outros vereadores porque eu não sei como foi feito, mas o André, nós conversamos sobre isso, não é, André? Realmente, não teve, de fato, essa análise técnica. Mas tudo leva a crer, a própria Administração sabe que esse ano a arrecadação não chega nunca aos quinhentos e sessenta milhões. Desse ano. É porque eu estou falando desse ano. É para ser quatrocentos e poucos. Dito isso, vereador Leci, quando o vereador Nélio fala que isso é uma mera, excesso de receita, isso tem impactos importantes nas contas do município porque, por exemplo, se fôssemos administrar com duodécimos, com certeza era em função da previsão de arrecadação ou, pelo menos, do realizado. Então, eu penso que é prudente os quatrocentos e quarenta. Eu penso que é muito prudente os quatrocentos e quarenta, apesar de respeitar a Administração, os técnicos que muito possivelmente se debruçaram nesse projeto, espero que não seja, espero com muita fé que não sejam os mesmos técnicos que se debruçaram sobre o Orçamento de setecentos e vinte milhões. Eu espero com muita fé que não sejam os mesmos, porque se for, já era”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dar uma explicação antes de o senhor pronunciar. Eu fico muito preocupado com as finanças do município de Nova Lima. Consultei várias pessoas, pessoas entendidas em finanças da prefeitura, pessoas entendidas em mineração e... Estou com a palavra. E eu acho que quinhentos e sessenta milhões, jamais a prefeitura arrecadará mais de quinhentos milhões para o próximo ano. Por isso, eu consultei várias pessoas e coloquei uma emenda de quatrocentos e quarenta milhões baseado nas pessoas que entendem principalmente de mineração. Não fui... Eu sou um leigo em mineração, mas nós... Qualquer leigo sabe que o minério foi lá em baixo. E a maior



arrecadação da prefeitura, todos nós somos sabedores que é sobre a mineração, sobre o minério, o imposto do minério. Então, eu até assustei por qual motivo o prefeito vetou esses quatrocentos e quarenta milhões, que é a minha emenda. Que Deus ajudasse que fosse um bilhão, estou colocando isso aqui hoje para amanhã não falar que a Câmara que é a culpada. Que em Nova Lima tem dito aí, nos cantos da cidade, que a Câmara é culpada de quase tudo que está acontecendo de desastre aqui no nosso município. Então, eu coloquei isso baseado e espero que a Comissão trabalhe em cima disso, faça um estudo profundo porque nós não podemos errar jamais em setecentos e vinte milhões. É isso que eu queria dizer. Com a palavra, o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “senhores, eu hoje estive conversando com a Secretária de Fazenda, também com o prefeito, e ouvi e vi lá alguns projetos de arrecadação, alguns ajustes, algumas... Possíveis equilíbrios na arrecadação do município e acredito que eles estão certos porque há muita esperança de que para 2016 a coisa tenha uma reação. E eu queria deixar aqui a mensagem que o ontem já se foi, o hoje é um presente negro que nós estamos vivendo, mas o futuro pertence a Deus. Quando votamos aqui setecentos e poucos milhões havia a expectativa. Esse despencar aí que vem no país inteiro, ele veio de uma hora para outra e ninguém esperava isso não. Hoje eu ainda fiz uma pergunta, vocês acham, acreditam que se alguém, um prefeito igual esse está sofrendo essas consequências todas aí, um governo federal, se eles soubessem disso tudo o que está acontecendo no país, eles se candidatariam a este cargo? Para ficar nesse fogo cruzado, nesse inferno que estão vivendo aí? Eu acho que jamais. Então, eu vou parafrasear aqui uma fala de um grande sábio, que ele disse ‘tenho medo do dia em que os justos desistirem’. E eu acho que a gente tem que ter esperança porque se a gente não tiver esperança, nós podemos pendurar as chuteiras, porque a coisa está tão feia que o que



nos resta é a esperança. E, portanto, adianto o meu voto, eu vou votar com o prefeito. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “quero adiantar que a votação são dois terços, pela Lei Orgânica são sete votos”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só questão de ordem. Para ficar bem claro, são sete votos e sim e não. Qual é o posicionamento para votar mantendo o veto do prefeito? Ah, na cédula já está? Então, estou satisfeito. Obrigado. O vereador Leci aqui, com a sua bondade, me orientou”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Então, nós precisamos de sete votos para derrubar o veto do prefeito, não é? Está bom”. O Senhor Presidente: “solicito aos vereadores Leci Campos e Fausto Niquini que atuem como escrutinadores na votação do Veto do Projeto de Lei 1.520/2015. Podem iniciar a votação. Não tem problema, não”. O Senhor Secretário proferiu a chamada nominal dos dez vereadores que votaram o Veto em secreto. Concluída a votação, o Senhor Secretário: “vamos apurar. Quatro votos contra o Veto e seis votos a favor do Veto. Certo?”. O Senhor Presidente: “anuncio o resultado, quatro...”. O Senhor Secretário: “votos contra o Veto e seis votos a favor do Veto”. O Senhor Presidente: “seis votos a favor do Veto”. O Senhor Secretário: “mantido o Veto”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “mantido o veto, o resultado: seis a quatro”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Fausto...”. O vereador Flávio de Almeida: “Flávio”. O Senhor Presidente: “Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “o Fausto foi oficial do Exército, não é? O máximo que eu cheguei foi Cabo”. O Senhor Presidente: “é por isso que eu confundi”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, é só para falar sobre esse tipo de votação. Eu discordo disso, eu acho que o voto tem que ser aberto. Eu acho que tem que ser aberto e nominal. Sabem por quê? Porque amanhã tem



um bando aqui justificando o voto. Eu gosto do voto é aberto, é para o povo ver que você votou. Nominal. Fala o nome do vereador e ele vota, porque aí você fica... Você é original. Esse tipo de votação, o que a gente ouve do... Quando você vai votar e quando você volta da votação é muito triste e o que você ouve amanhã também. Então, eu acho que a gente podia já pensar já e... Isso tudo. É para Presidente, é veto, é tudo nominal. O vereador tem que assumir aquilo que ele deseja...". O vereador Fausto Niquini: "o senhor me dá um aparte, vereador?". O vereador Flávio de Almeida: "aquilo que ele sonha. Porque isso é muito ruim. Eu vou conceder o aparte". O vereador Fausto Niquini: "o senhor me dá um aparte?". O vereador Flávio de Almeida: "um aparte para o oficial... Doutor Fausto". O vereador Fausto Niquini: "fico feliz pela sua postura, sua posição. Logo no início do nosso mandato aqui, fiz um requerimento exatamente abolindo o voto secreto. Então, eu acho que já é bom nós começarmos a pensar, já tem Vossa Excelência, tem Vossa Excelência também a favor, o Gilson também, vereador Nélio Aurélio. Então, eu acho que...". O Senhor Presidente: "eu gostaria...". O vereador Fausto Niquini: "seria interessante começar a pensar...". O vereador Gilson Antônio Marques: "me concede um aparte, vereador?". O vereador Fausto Niquini: "em abolir o voto secreto nesta Casa Legislativa. Obrigado". O vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente". O Senhor Presidente: "eu gostaria...". O vereador Gilson Antônio Marques: "me concede um aparte, vereador?". O Senhor Presidente: "eu gostaria...". O vereador Flávio de Almeida: "é que eu não terminei não". O vereador Fausto Niquini: "eu não tenho medo de votar para nada". O vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente". O vereador Gilson Antônio Marques: "vereador Fausto, eu pedi um aparte". O vereador Flávio de Almeida: "eu não terminei não". O vereador Fausto Niquini: "perfeitamente". O vereador Flávio de Almeida: "a palavra estava comigo e eu concedi ao senhor um





aparte. O senhor quer um aparte, vereador? Então, eu vou passar para o senhor porque eu estava fazendo um discurso”. O vereador Gilson Antônio Marques: “está bom, desculpe. Só queria parabenizá-los e tanto concordo que cantei o meu voto antes de votar. Acho que tem que ser mesmo o máximo de transparência possível”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que eu sempre fui a favor do voto aberto. Eu nem sei por que mudaram essa votação. É uma votação que muitas das vezes prejudica o povo. O vereador se esconde, não é? E fica fazendo média com o prefeito e fica aquela polêmica, e fica fazendo média com os vereadores mesmo, que eu votei, que eu deixei de votar, fica embromando. Então, toda vida eu fui a favor do voto aberto. E eu não sei se é Projeto de Lei ou eu sugeriria que, nesta noite, nós fizéssemos um requerimento verbal, em nome da Casa, para abolirmos o voto secreto. Questão de ordem, vereador Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só lembrar que o discurso do nobre vereador Fausto Niquini, ele olhou para mim e disse que eu também concordo, é evidente que, com esse Plenário cheio, todos nós vamos concordar mesmo e temos que concordar. E me parece que tem que consultar o Jurídico da Casa porque me parece que lá no Senado e na Câmara votaram até um certo... Por exemplo, cassação de prefeito parece que não está em aberto, lá no Senado e na Câmara ainda não. Então, parece que o veto também mantiveram. Ele vem lá de cima, não somos nós que temos poder para mudar isso aqui. Agora, se pudesse, a ideia do vereador Flávio é muito boa porque aqui só tem vereador que sabe votar e não tem medo, então, não tem problema”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou lhe dar o aparte e depois vou concluir”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “eu estava com a



palavra, eu concedi um aparte, eu fui sendo engolido, engolido, engolido e estão só dando aparte aí. E eu estou com a palavra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu devolvo para o senhor”. O vereador Flávio de Almeida: “não, o senhor não é culpado não. É que eu não consegui concluir até agora”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador Flávio, depois o senhor me dá um aparte?”. O vereador Flávio de Almeida: “dou. Senhor Presidente, só para eu concluir”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio, que é o detentor da palavra”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado, Senhor Presidente. É uma Resolução nossa, da Casa, essa mudança. Por quê? Vejam bem, com o Plenário cheio ou vazio, o vereador tem que ter a postura dele. Primeira coisa. Segunda coisa, quem sabe... Quem votou, realmente, com o José Guedes? Quem votou com o prefeito? Ninguém sabe. Mas, amanhã, tem alguns que saem desta Casa para fazer a sua média ou tomar o seu café com o prefeito e diz... E ainda apostam em quem votou contra e quem votou a favor. São os famosos ‘Mãe Dinah’. Conseguem olhar, olhar lá dentro, enxergar lá dentro. Mas é exatamente este aquele que não vota, que não tem a firmeza, não sabe olhar para o povo que o elegeu e dizer para o povo como que ele vota, suas decisões. Antes desta votação, eu estava conversando com a vereadora Ângela Lima sobre isso. Exatamente. Então, Senhor Presidente, eu acho que nós temos que reunir sete vereadores e tomar essas decisões, e acabar com isso. Não tem a cara de pau de depois voltar e pedir o voto para uma reeleição? Então, que tenha a cara de pau de votar aberto. Não é isso? Não lava a cara, não um óleo de peroba, não pede o voto de novo? Então, vem aqui e vota aberto. Porque é muito ruim, a sensação aqui, a gente vai embora para casa numa situação ruim porque nem o vereador que fez a emenda sabe quem votou com ele, e nem o prefeito. Mas amanhã, os fofoqueiros de plantão sabem, esses são os que sabem tudo da Casa.



Conhecem, sabem quem votou, sabem quem jogou. Então, Senhor Presidente, eu sou a favor. E, se a partir de agora, não mudar isso nesta Casa, nesse sentido, o meu voto vai ser aberto. Aí vocês vão ter que cancelar meu voto toda sessão, porque isso é ruim demais. Essa sensação que a gente quando sai daqui é ruim. Ela é ruim para quem tem brilho. Para quem não tem, para quem joga o tempo inteiro, para quem faz da sua vida uma arte de jogar com a vida do outro, é uma maravilha. Então, Senhor Presidente, pode contar comigo para a gente mudar isso aí, sem problema nenhum. Eu vou conceder um aparte para o vereador Leci”. O vereador Leci Alves Campos: “muito obrigado, vereador Flávio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou com a palavra, vereador”. O vereador Leci Alves Campos: “não, quem está com a palavra é o vereador Flávio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não. Ele já tinha terminado”. O Senhor Presidente: “não, espere aí. A palavra é do Leci Campos porque ele passou a palavra para o Leci. Com a palavra, o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, essa votação de hoje me fez lembrar... Vereador Flávio, o senhor me ajude aqui a lembrar. Eu me lembro, no ano passado, quando a gente estava nesse momento também de votar essa Diretriz, de definir o valor da receita do município, nós estávamos naquele problema que setecentos e vinte milhões era o que estava sendo discutido, setecentos e vinte milhões. Aí quando chegou a nova Diretriz para 2015, chegou de seiscentos, chegou de seiscentos. Sendo que ano passado eu não me recordo, mas a arrecadação foi quatrocentos e pouco, não foi isso? Então, o que aconteceu? Nós ano passado tínhamos em votação certa já, ganha, os setecentos e vinte milhões, chegou de seiscentos e realizou menos de seiscentos. E dessa vez eu acho que nós estamos fazendo uma homenagem à nossa Assessora Delma e à vereadora Ângela, de verde esperança, sinal que está tendo a esperança que as coisas vão melhorar. Eu,



particularmente, não tenho essa esperança”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “com a palavra... Questão de ordem, Presidente. Deixa eu concluir e passar o aparte para o vereador que estava me pedindo aquela hora, não é isso, vereador? Você me pediu? Não, não é? Bom, vamos lá. O que pode se dizer de esperança? A esperança já está aí. Já está aí. Se qualquer vereador no Plenário pedisse que fosse aberto poderia ser. Poderia ser, não precisa fazer nada”. O Senhor Presidente: “não é assim não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “na hora que eu disse aqui que eu não sei, mas parece que tem alguma coisa, isso só foi vedado para Ministros e Presidente da República, enfim. Mas aqui para baixo se qualquer vereador aqui falar ‘Senhor Presidente, por favor, vamos fazer em aberto’. Ele consulta o Plenário, o Plenário ganhou, é aberto. Não precisa fazer nada, a não ser isso. Estou certo, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “eu acho que o senhor está errado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “estou errado?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não tem problema não”. O Senhor Presidente: “pelo Regimento da Casa, eu acho que o senhor está errado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, o Senhor vai consultar a sua assessoria e depois o Senhor me fala. Lembra bem das minhas palavras aqui, olhando para aquela câmara lá. Não precisa fazer nada, é só um vereador pedir e abre o escrutínio secreto, desde que a maioria concorda. Lembra bem disso”. O Senhor Presidente: “eu queria...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “expor aqui um fato que aconteceu nesta Casa. É interessante. O ex-vereador Tatico apresentou um Projeto de Lei aqui, Título de Cidadão Honorário para um senhor que trabalhava... Que era do PT, que trabalhava lá Rocinha ali, no Retiro, na Febem. Eu me lembro muito bem. Não me lembro do nome dele, mas me lembro muito bem da



fisionomia, sempre que eu encontro com ele, ele me agradece. Quinze vereadores, ele vai ter um voto contra do José Guedes. O cara cria polêmica aqui, uma coisa chata. E eu jamais, em tempo algum, eu votei contra um Título de Cidadão Honorário pelo fato seguinte, o vereador fica mal, ele apresenta uma pessoa para ser homenageada pela Câmara e se aquele Título não passar, o vereador fica muito mal. Mas, graças a Deus, foi quinze a zero e o José Guedes votou como sempre votei. Eu votei em Pedro, Joaquim, Maria, porque eu respeito o convite do vereador para homenagear um cidadão nova-limense, morador de nossa cidade. Toda vida eu votei a favor e eles queriam me crucificar. Então, graças a Deus, foram quinze... Se aparece um outro voto contra lá, eles fariam que era o José Guedes. Por esses motivos todos, eu sou a favor do voto aberto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “ele pediu... O vereador André pediu primeiro. Com a palavra, o vereador André”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “quando se falou a respeito de voto aberto ou fechado, eu coloquei uma questão aqui que me preocupa. Eu também tinha essa visão de que o voto aberto era o melhor para a população. Eu tinha. Eu ouvi, falei isso já. E isso ficou gravado num programa político que eu estava acompanhando e dois cientistas políticos discutindo, dois jornalistas discutindo e um falando das vantagens e outro falando das desvantagens do voto aberto. O que acontece que a população às vezes não sabe é que o voto aberto, às vezes... Às vezes, ele tira do vereador... Tira do vereador até o direito... Não é o direito, ele tem o direito de votar a favor ou contra e assumir o desgaste. Só que o desgaste, às vezes, é um tipo de retaliação que atinge um grupo político dele. Então, eu estou colocando... Eu respeito a opinião de todo mundo, pelo visto é consenso aqui, mas estou colocando... O Senhor colocou uma posição muito



certa, por exemplo, porque eles falaram lá ‘ah, com relação à cassação’ é secreto. Porque é secreto? Justamente porque a pessoa fica com medo de votar e aí ser retaliado se perder, que vai ser retaliado se perder. Não é isso? Então, ele fica livre para poder votar. Como agora... Como agora, nesse caso aqui, especificamente, todos os vereadores estavam livres para votar a favor ou contra. A única forma que teria de o prefeito saber que todo mundo votou contra ele, seria se todo mundo votasse contra. Mas, se tivesse um voto, esse voto seria de todo mundo. Até brinquei com o vereador Flávio a esse respeito. Tem os dois lados. Eu confesso que eu ainda não tirei essa minha dúvida, porque existem os dois lados. Existe o lado aonde, na verdade, a população está sendo beneficiada. Alguns casos aqui aonde a votação foi aberta, se ela tivesse sido fechada, o resultado teria sido totalmente diferente do que ela foi. E essa votação aberta não necessariamente foi o melhor para a população. Eu estou só colocando que existe esse questionamento. Eu não tenho uma posição definida em relação a isso. Eu tenho que é, em alguns casos, nesse caso, eu acompanho o vereador Nélio no raciocínio, eu prefiro acompanhar o pensamento lá de cima, esperar que haja uma mudança lá em cima para que a gente possa mudar aqui também, de tão complexa que é a situação. É claro que, politicamente, é muito mais fácil eu chegar aqui e falar assim ‘ah, o voto aberto é melhor, o vereador tem que ser transparente, o vereador tem que ser isso, tem que ser aquilo’. Isso, realmente... Mas na realidade aqui dos fatos, do que acontece, às vezes, no voto aberto a população fica no prejuízo. E ela não sabe disso, mas é o que acontece. Mas, também, é o meu ponto de vista e eu respeito, claro, o ponto de vista de todo mundo. Eu confesso que eu ainda tenho uma dúvida, por favor, não me crucifiquem porque eu também gosto do voto aberto, não escondo o meu voto, não tenho dificuldade nenhuma para esconder meu voto. Mas, em relação a algumas questões, eu entendo que



ele defenderia. Foi citado aqui, por exemplo, o caso do Título de Cidadão Honorário, depois que foi aberto, não teve mais voto contra, essa é a realidade. E até nisso teria gente que seria... Que seria... Que seria reprovado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “me dá um aparte?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “com certeza, eu concedo um aparte para o senhor”. O Senhor Presidente: “eu quero avisar que nós temos três, quatro oradores inscritos no Grande Expediente”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, o meu é coisa rápida”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o meu pode riscar que eu não vou... Já ficou tarde, pode riscar meu nome, por favor. Eu só pedi um aparte para ele”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “concedido o aparte”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “quando houve aqui um comentário de Título de Cidadão Honorário é bom lembrar que a Casa também deveria disciplinar o Título de Cidadão Honorário, porque eu não vou citar quando fala gente de Nova Lima, gente de fora, mas se passarem dois cachorros lá põe para dentro e dá Título, está ouvindo? Então, tem que olhar quem é quem e quem não é. Eu estou conversando, Senhor Presidente, estou falando”. O Senhor Presidente: “estou ouvindo o senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o plenário, o Senhor tem que conduzir a...”. O Senhor Presidente: “o plenário não fez nada de mais não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, aqui tem muita gente... A maioria são merecedores. Mas passou. Só que vereador não quer falar aqui, agora. Mas, na verdade, conversa comigo, sim. Passou a brincadeira. Porque é Título de Cidadão Honorário para todo mundo. E na Lei Orgânica do município, lê o que ela fala, vai lá e leia. Eu, por exemplo, dei um título esse ano. Lê lá. Aqui ninguém está querendo depredar gente de lugar nenhum, só está citando que tenha uma disciplina para ser conduzida, e ela não é. A verdade é que ela não é. Acho que nós todos deveríamos fazer uma reflexão sobre isso... Eu estou falando, Presidente.



É engraçado...”. O Senhor Presidente: “pediria silêncio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “as pessoas que são desafeto da gente ficam conversando fiado no Plenário”. O Senhor Presidente: “eu pediria silêncio para a plateia”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “já até vi quem é. É brincadeira, não é? Não, eu não estou falando dessa, é de outra. Bom, concluindo. Eu também não vou discutir porque eu é que sou educado e acho que é obrigação de todos nós, tanto de quem está do lado de dentro como o de fora, é ter educação e é isso que tem que fazer. É só essa Casa fazer uma reflexão porque isso vai ser bom para nós mesmos. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o vereador Flávio pediu primeiro”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu encerrei a minha fala”. O vereador Flávio de Almeida: “sobre essa decisão, é a minha opinião, eu vou mantê-la, vou entrar, respeito a opinião de todo mundo. Mas no meio de todas essas turbulências, todo esse tumulto, eu queria agradecer ao Senhor, Senhor Presidente, pela boa vontade, pela participação com as noventa e sete famílias do Jardim Canadá, o qual sem a sua participação e colaboração, seria inevitável a derrubada das casas. Então, eu queria fazer um agradecimento aqui, em público, dizer que o Senhor acertou em ajudar aquelas famílias. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer... Agradecer ao senhor, obrigado. Eu quero dizer que outrora a Câmara era voto aberto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero só na fala do vereador Flávio, que eu concordo em grau, número e gênero, Flávio. Mas a gente tem uma outra ferramenta hoje, na cidade, que é a televisão. Eu, conversando com uma pessoa esses dias, ela me disse assim ‘as reuniões que vocês fazem é muita verborreia. É muito verbo para pouca coisa. É muita fala para falar... Usa muitas palavras para falar pouca coisa’. E eu fico imaginando, vereador, que a minha fala aqui hoje, ela deixou claro qual era o meu





posicionamento, eu tenho certeza de que quem estava em casa percebeu claramente o meu voto. Essa coisa de fazer média lá fora, realmente, vereador, eu concordo com o senhor, é uma coisa deplorável. Mas o meu posicionamento sempre foi muito claro. Quando eu estava apoiando o governo, quando o meu partido estava apoiando o governo e agora que o meu partido não está mais apoiando o governo, falo isso claramente, sem problema nenhum, sem... Eu penso que eu tenho a liberdade de fazer isso". O Senhor Presidente: "consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa para votação de dois turnos do Projeto 1.533". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "questão de ordem, Presidente. Eu quero pedir vista desse projeto". O Senhor Presidente: "perfeitamente, concedida a vista ao vereador Alessandro Bonifácio". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "Senhor Presidente, questão de ordem. Bem, Senhor Presidente, as discussões que nós temos aqui na Casa, eu concordo com o Senhor, não é perda de tempo. Quando a gente tem o propósito de defender alguma ideia, eu acho que é nessa Casa que a gente tem que defender, não é? A gente tem que defender. Então, eu concordo com o Senhor que não é perda de tempo e o Senhor falou que está aqui à disposição de ficar aqui. Agora, eu queria falar, já que o vereador Alessandro pediu vista do projeto, não é, Alessandro? Mas eu só queria fazer um comentário para o nosso vereador Leci Alves Campos, quando você questionou a respeito da verba, se vai vim verba do governo federal ou não, não é? Então, eu queria esclarecer para você, Leci, vereador Leci, que a Presidente da República, ela criou o Ministério da Cidadania. E, com isso, ela acabou com as Secretarias que tinham nível de Ministério, ela acabou com as Secretarias. Acabou com a Secretaria da Mulher, da Igualdade Racial. Então, hoje, nós não temos mais essas Secretarias não, não temos mais. Nós temos agora um Ministério da Cidadania. Então, essa preocupação, se vai ter



de buscar ou não recursos, agora é outro caminho. Não é mais através de Secretaria da Mulher, não é mais através da Secretaria da Igualdade Racial, agora é através do Ministério da Cidadania. E, só completar, Senhor Presidente, uma coisa que eu queria ter falado na hora que estava a discussão. Se é justo ou não juntar Secretarias, fundir Secretarias, transformar as Coordenadorias, porque não está acabando com Coordenadoria, está transformando a Coordenadoria. Se ela tiver que fazer o trabalho dela como Coordenadoria ou não Coordenadoria, se ela tiver que trabalhar ela trabalha. Ela trabalha. Então, eu acho que se é justo ou não o que o prefeito está propondo, a gente não está aqui para discutir isso. O importante é que hoje é necessário que se faça isso. A situação que nós estamos enfrentando é necessário que se faça isso, essa unificação das Secretarias e a modificação das Coordenadorias. Isso é urgente que se faça porque é necessário. E me surpreendeu, vereador Silvânio Aguiar, de o senhor comentar, o senhor falar aí que o seu Partido não está mais apoiando o governo, está fora do governo, ué? Mas eu vejo tanta gente do PT ainda ocupando cargos. Eu... O dia que eu... O meu partido falar que não vai participar daquilo, a primeira coisa que eu vou fazer é me afastar de lá. Uai, não estou apoiando mais. Se eu não estou apoiando mais, se eu não estou de acordo com esse governo, mas eu ainda vou continuar recebendo desse governo? Aí é despropósito. Aí é despropósito. Aí sim, se tiver coragem... Se tiver... Na cara. Aí vai sobrar dinheiro. Aí sim, os duzentos mil que estão achando pouco, ah, vai aumentar. E vai aumentar, vai aumentar muito. Agora, eu fico é triste de saber isso, quer dizer, continua-se lá. Todo mundo lá, recebendo. E aí fala que o partido não apoia mais o governo. Não apoia mais o governo. Aí, realmente, é deixar a gente muito triste. Porque a gente tem que ter é coragem de assumir as nossas posições. Obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente,



eu fui citado. Vereadora, PT tem direção, tem diretório, e as coisas no PT são decididas dentro do partido por votação igual é aqui na Casa. Eu espero que no PMDB também seja feito dessa forma. Nós nos reunimos, o Partido dos Trabalhadores se reuniu e decidiu em plenária não mais apoiar o governo. Isso foi comunicado para o governo, tem uma carta. Agora, se o prefeito quer ou não ficar com os dissidentes do partido, com as pessoas do partido, que eu acho que estão contribuindo e muito, assim como contribui na mesma época em que a senhora foi Secretária de Educação, que o PMDB contribuiu com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Saúde, que estão contribuindo e muito. Aí é uma decisão do prefeito. Eu tenho coragem e eu tenho brilho assim como a senhora... Esse gesto da senhora me incomoda muito, sabe? Essa coisa do brilho. Eu sempre tive brilho e o meu brilho eu coloco aqui. As questões que eu coloquei para o prefeito, sempre coloquei abertamente para ele com o brilho que eu tenho, com o brilho que eu cresci, com toda essa coisa que a gente vai colocando na nossa bagagem na vida. Então, vereadora, essa decisão não é minha. Essa decisão não é minha, essa decisão não é do presidente do partido, essa decisão foi tomada em plenária que decidiu não mais apoiar o governo. E o prefeito, com certeza, deve estar fazendo a avaliação dele, inclusive para dividir o partido porque a gente vê isso claramente. Inclusive para dividir. Agora, isso é direito dele, vereadora. Isso é direito dele. Se ele quer fracionar, se ele esqueceu que ele saiu de uma campanha com três por cento e ganhou a eleição, se ele quer julgar por terra toda a juventude que ajudou a chegar nesse governo que está aqui hoje, se ele quer jogar o passado todo para fora, aí é dele. Isso não posso e eu não tenho esse poder de decidir, vereadora. O prefeito... O brilho que a senhora falou que talvez eu não tenha ou que o meu partido não tenha, eu espero, porque quando a senhora fala do partido, a senhora está falando de mim. O brilho que a



senhora colocou aí, o brilho na cara, é o brilho e foi este partido talvez sem brilho que tirou o nosso prefeito de três por cento e fez ele ganhar a eleição. Foi dessa forma que nós ganhamos a eleição, vereadora. Foi com estas Coordenadorias, foi com esse povo na rua, foi com esse povo lutando. Não esqueça. Vereadora, na minha infância, minha mãe tinha mania de falar assim ‘Silvânio, cuidado para você não cuspir no prato que comeu. Cuidado para você não cuspir no prato que comeu porque você pode passar fome lá na frente. Você pode precisar disso’. E o prefeito, vereadora, e o partido da senhora, vereadora, com toda certeza deve estar fazendo essa avaliação. É um direito dele, nós não vamos discutir isso. É direito dele. Se ele, depois que ganhou a eleição, depois que acabou com um punhado de coisa nessa cidade. Olha, a senhora me deu oportunidade de falar de coisas importantes. Cadê a UPA? Cadê os Postos de Saúde? Cadê o Cine Ouro? Em Nova Lima hoje, vereadora, nós só vemos obras que foram começadas lá atrás e que, infelizmente, não foram terminadas. Ou então pior, que foram inauguradas igual algumas que a gente tem visto na cidade aí, você chega lá e não tem o mínimo de infraestrutura suficiente para fazer a obra acontecer. E vou falar mais, vereadora, não foi com quatrocentos e quarenta milhões que se espera arrecadar este ano, não foi com quinhentos e trinta milhões que se arrecadou o ano passado, não foi com seiscentos e tantos milhões que se arrecadou no primeiro ano desse governo, não foi, não foi. Foi com muito menos do que isso que o Partido dos Trabalhadores com a ajuda e o respeito que nós temos a o PMDB, que muito possivelmente tem brilho na cara, foi com esse valor que nós construímos tudo o que a senhora vê aí na cidade, graças a Deus, vereadora. Graças a Deus. Mas não esqueça, vereadora, dos três por cento do começo e da vitória no final. Eu vou conceder um aparte ao vereador Flávio Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “vereadora Ângela Lima, vereador Silvânio



Aguiar, PMDB e PT. Não é do meu feitio sair de uma discussão, mas eu acho que esse momento que se trava essa discussão na Casa não é um momento bom. Primeiro pela situação do país e a situação do município, e depois que quando o PT e o PMDB se reúnem em Brasília e marca uma reunião para Belo Horizonte significa que decisões estão vindo. Decisões estão vindo. E os dois partidos se tomam decisões de cima para baixo, então pode ser que travamos uma discussão nesta noite e que amanhã nós não conseguimos mais sentar na mesma mesa. E aí? Vamos sair dos partidos? Vamos nadar sozinhos? Então, eu acho que essa discussão dessa noite a gente podia esperar primeiro as decisões partidárias que estão vindo para a gente travar ela em outro momento. Vamos só adiar. Adiar o embate porque eu acredito que, mais uma vez, PT e PMDB, pode ser que depois que... Eles estão reunidos hoje em Belo Horizonte, inclusive com o governador. Pode ser que a decisão amanhã seja que a gente, todos, sentem de novo na mesma mesa. Então, eu enquanto PT, eu vou pedir para o meu líder e pedir para a vereadora, líder do governo, que a gente deixe ela só para um outro dia, só que a gente segure esse momento porque eu tenho certeza que nós vamos estar sentado de novo daqui a uma semana juntos. Então ,é só para a gente não perder o sentido e a motivação que nos levou a vencer as últimas eleições. Vamos só deixar para um outro momento. É só um pedido, viu gente? Não estou impondo norma e nem regra. É só um pedido para os dois. Por favor”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu fui citada”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, eu continuo com a palavra e vou ceder a palavra à senhora. É só para dizer, vereador, que essa decisão não foi minha não. É porque ficou parecendo aqui que o Partido, que o Silvânio...”. O vereador Flávio de Almeida: “eu não disse que foi do senhor não viu. Eu só estou dizendo que as decisões nossas vem de cima”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu só externei aqui uma



posição que foi tirada em plenária. Foi só isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, o senhor me citou. Eu em momento algum citei o nome do senhor como sendo responsável pelo afastamento do PT. Eu acho que eu não citei o nome do senhor. Eu não citei”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, eu sou líder do partido”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não. Eu só estou falando isso. Eu não citei o nome do senhor e também não falei que o senhor está trabalhando lá na Casa. Eu falei das pessoas que continuam ocupando cargo na Casa. Só isso que eu falei”. O vereador Gilson Antônio Marques: “um aparte, vereador. Não queria entrar nessa discussão, mas eu não aguento. Infelizmente, vereadora, a senhora citou sim o nome dele. Infelizmente, a senhora disse ‘fico admirada com o vereador Silvânio, quando se coloca dessa forma’. A senhora citou sim”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu falei que eu estava admirada...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “com o vereador Silvânio. Está gravado ali, a senhora disse sim”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “de ele dizer... Pois é. Eu admirei dele falar que o partido do PT não está mais apoiando o governo. Eu não falei que ele tomou esta decisão. Isso é o que eu estou falando, vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “mas o nome entra em qualquer circunstância”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “está aqui, eu escrevi aqui. Não está apoiando. Está gravado. É isso mesmo vereador. O importante é isso”. O vereador Gilson Antônio Marques: “em qualquer circunstância o nome entra, infelizmente. Eu ainda comentei com o vereador André ali atrás, a senhora não deveria, com todo respeito, ter dito o nome. Não teria provocado toda essa discussão. A senhora disse sim”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador José Guedes: Requer à Mesa Diretora que sejam organizadas homenagens à Escola Estadual João Felipe da Rocha,



Escola Estadual Augusto de Lima, Clubes de Futebol Amador da cidade de Nova Lima e Sociedade São Vicente de Paula – Conselho de Santa Efigênia. Aprovado, oito votos.

2) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal o seguinte pedido de providência: faixa de pedestre na Av. Geraldo Dias Borges próximo ao entroncamento com a Av. Presidente Kennedy e faixa de pedestre mais quebra-molas na Av. Presidente Kennedy próximo ao nº 754, ambos os endereços no Bairro Cabeceiras. Aprovado, oito votos.

3) Do vereador Leci Alves Campos: Requer que esta Casa organize uma homenagem pelo 40º Aniversário da Escola Estadual João Felipe da Rocha. Aprovado, oito votos.

4) Do vereador Leci Alves Campos: Requer que esta Casa organize uma palestra sobre a “Reforma Política”, sancionada no último 29 de setembro pela Presidenta Dilma Rousseff. Aprovado, oito votos.

5) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal o encaminhamento da cópia dos pagamentos efetuados para a Corporação Musical União Operária, Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus, Sociedade Musical Santa Efigênia e Associação Artes da Terra. Aprovado, oito votos.

6) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, juntamente com a Secretaria competente, sinalização e estacionamento para motos e carga e descarga na Alameda Oscar Niemeyer, em frente ao número 975, Bairro Vila da Serra, neste município. Aprovado, oito votos.

7) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal providencie junto à Defesa Civil Municipal vistoria na cobertura do prédio da prefeitura para possível instalação de dispositivos de segurança no entorno do andar. Em discussão, o Senhor Presidente: “eu quero parabenizar o vereador Gilson Marques por esse requerimento. Realmente é um absurdo o prédio da Prefeitura não ter um esbarro, posso dizer assim, de setenta centímetros, oitenta centímetros. O senhor está de



parabéns. Eu não sei como, até nos dias de hoje, não aconteceu um desastre. Eu sou testemunha que, não vou relatar o caso, teve um senhor que, não vou citar o nome, que conversar com a pessoa, Secretário da prefeitura e foram conversar no último andar. E a intenção daquele senhor era empurrar o funcionário da prefeitura para a fatalidade, a morte. Caiu dali está morto”. O vereador Gilson Antônio Marques: “nem água ele vai pedir”. O Senhor Presidente: “não sobra nem osso. Então, o senhor está de parabéns. A vida toda eu achei que aquilo ali, merece um alabrado. Obrigado”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, eu tenho um requerimento verbal”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também tenho um”. O Senhor Presidente: “sim. Eu também tenho um. Eu gostaria de fazer um requerimento agradecendo, novamente, o Deputado João Vítor Xavier pelas coisas que ele tem feito em Nova Lima. Nós somos testemunhas que noventa e nove vírgula nove, nove por cento dos deputados, na sua maioria, vêm aqui em Nova Lima, buscam o voto e dão uma banana para a gente. Então, o João Vítor é diferente. Ele, recentemente, liberou uma verba para o futebol amador atendendo à minha solicitação, duzentos mil, quatro academias e ele ajudou o hospital atendendo a um pedido meu, Escola Estadual, Polivalente, a uns dois anos atrás. E, novamente, atendendo à minha solicitação, no dia de ontem ele liberou trinta mil reais para a Escola Estadual e trinta mil para a Escola Polivalente. Então, é uma pessoa que eu tenho o maior carinho, o maior apreço, que realmente é um político sério. Colocar em votação, em discussão o meu requerimento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, se o Senhor permitir, eu gostaria de assinar esse requerimento”. O Senhor Presidente: “perfeitamente, concedo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “porque eu também tenho muito apreço pelo Deputado Estadual João Vítor Xavier, então, se eu puder assinar com o Senhor esse requerimento,





eu gostaria”. O Senhor Presidente: “perfeitamente. Próximo requerimento, vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, que esta Casa envie uma Moção de Aplausos...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “colocar em votação, Presidente”. O Senhor Presidente: “hein?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “colocar em votação o seu requerimento”. O Senhor Presidente: “sim. Em votação o requerimento, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “do vereador Gilson também não colocou em votação não, Presidente”. O Senhor Presidente: “eu coloquei. Não me confunda não, vereador”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não colocou não”. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “que esta Casa envie uma moção de aplausos aos novos Conselheiros Tutelares eleitos nesta cidade de Nova Lima, neste domingo. Desejamos a eles muito sucesso nessa nova função. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador”. O Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Fausto Niquini”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador Fausto, o senhor me permite...”. O vereador Fausto Niquini: “perfeitamente, vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero fazer uma observação com relação a essa questão. Esse processo foi muito criticado, mas eu não vejo com maus olhos. Eu penso que foi uma eleição difícil para quem trabalhou nela e os profissionais, o Haender, o pessoal do Conselho, eles se esmeraram no sentido de fazer acontecer, ainda que daquela forma turbulenta ali, mas a gente entende e eu esperava, sim, que a população também pudesse entender isso, que o processo foi unificado, então, realmente, ficou muito difícil para organizar aquilo tudo. Então, eu quero aqui, só como comentário, parabenizar também as pessoas que trabalharam lá, a



Secretaria de Desenvolvimento Social e tal, que eles... Vamos dizer assim, eles rebolaram para conseguir fazer com que o processo saísse como aconteceu. E a Dra., exatamente, que esteve lá, Dra. Elva e que teve toda a participação dela. Então, estão de parabéns. Mas gostaria de assinar junto com o senhor. O processo de escolha de Conselheiro Tutelar é extremamente importante. Nós vamos ter na cidade e no país discussões importantes aí com relação ao desarmamento, com relação à diminuição da maioria penal, que o Conselho Tutelar pode participar e ter uma... Dar para a sociedade um aval muito grande. Então, parabéns para esses que receberam essa missão, que não é uma missão fácil, apesar de as pessoas acharem que é tranquilo, não é uma missão fácil de defender os direitos da criança e do adolescente na nossa cidade. Parabéns aos novos Conselheiros e parabéns ao senhor que teve essa lembrança nesse momento aqui”. O vereador Fausto Niquini: “muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu pediria ao senhor, se o senhor me concedesse, eu gostaria de assinar”. O vereador Fausto Niquini: “perfeitamente, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “e quero frisar, não vou citar o nome, eu apoiei uma pessoa, pessoa competente e muito boa, que vem lutando por Nova Lima, pela juventude, pelos adolescentes, há muito tempo, e ela foi uma grande vencedora. Obrigado por o senhor ter concedido”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, eu acho que deveriam todos da Casa assinar, em conjunto, porque é de grande valia”. O Senhor Presidente: “muito bem, fica em nome da Casa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu posso fazer um requerimento verbal?”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar... Já coloquei, é em nome da Casa. Concedido, vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar à Presidência da Casa que me fornecesse toda a documentação do processo licitatório para a contratação do advogado



para acompanhar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instaurada em junho de 2015”. O Senhor Presidente: “qual CPI? Do escritório?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “da CPI que foi instaurada em 2015, é a contratação do advogado”. O Senhor Presidente: “sim, nós já providenciamos, a senhora receberá em breve. A senhora já fez esse pedido parece que verbal, com o Marquinhos. Eu já autorizei, está liberado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “está certo, obrigada”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, é o último requerimento. Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar da Administração Municipal uma atenção especial com relação à questão da iluminação do Bairro José de Almeida. Eu tenho frequentado o Bairro José de Almeida e a população já tinha reclamado muito da questão da iluminação lá no bairro dizendo, inclusive, da questão da segurança. A vereadora Ângela Lima que também, com certeza, participa muito ali, não é, Ângela? Vereadora. Acredito que tem esse conhecimento. O bairro está, realmente, escuro. Ontem eu andei à noite no Bairro José de Almeida e, infelizmente, o bairro... De cada três postes, um, infelizmente, está apagado. E para segurança pública das pessoas que moram ali a iluminação pública é extremamente importante. Então, é solicitar e depois eu oficializo isso e mando lá, mas solicitar que a Administração dê uma atenção especial para a questão também da iluminação do Bairro José de Almeida”. O Senhor Presidente: “coincidentemente eu fui procurado ontem pelo senhor Geraldo Coelho. Eu estava lá no bairro, realmente, está parecendo uma boate. Eu gostaria de assinar com o senhor este requerimento. Tem vereadores inscritos, inclusive o senhor, na Tribuna. Eu gostaria que permanecessem porque tem uma senhora que se inscreveu com tempo hábil e se sair não vai dar quórum. Em votação, o requerimento do vereador Silvânio Aguiar que concedeu que eu também assinasse esse requerimento. Em votação, os vereadores



que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. A senhora que está inscrita é a Coordenadora das Políticas para as Mulheres?”. O Senhor Presidente: “Maria de Lourdes Santos Borges”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ela pediu para justificar a ausência dela, Senhor Presidente, porque ela hoje tinha um outro compromisso, então, ela hoje não poderia estar participando aqui da sessão para poder estar falando. Pediu para eu justificar a ausência dela”. O Senhor Presidente: “vereadores inscritos, o vereador Fausto Niquini”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, só para eu terminar. Duas informações que eu gostaria de dar para o Senhor. Primeiro que hoje eu tive uma reunião com a Secretária de Fazenda, a Roseane Seabra, e levei para a ela a nossa necessidade de fazer uma revisão no contrato do Rotativo. E ela já está providenciando esse trabalho porque, realmente, o município precisa e me causou até, assim, satisfação, Presidente, que ela foi a primeira pessoa aqui em Nova Lima que fez um trabalho de Rotativo na prefeitura de Nova Lima. E ela comentou comigo que na época dela, que ela instalou esse serviço aqui em Nova Lima, cobrava-se apenas um real, que os boletos eram todos numerados e não esse papelzinho aí que dá e não dá. Era tudo numerado e que ela chegou a arrecadar em um mês vinte mil reais. Imagine isso, há mais de vinte anos, que ela fez isso aqui em Nova Lima. Então, ela está empenhada nisso. Então, eu fiquei satisfeita de poder estar lá conversando com ela. E eu queria também, Senhor Presidente, cumprimentar o Luís, nosso servidor aqui da Casa, porque fez uma belíssima apresentação, sexta-feira, junto com a Banda União Operária, cantando Ave Maria. Então, cumprimentar o nosso funcionário Luís pela beleza da apresentação dele no Teatro Municipal. Obrigada”. O Senhor Presidente: “oradores inscritos, vereador Fausto Niquini. Eu pediria ao senhor



que permanecesse cinco minutos, eu não vou falar mais não, eu prometo. Esta noite, eu, como Presidente da Câmara, eu não posso me silenciar com certas coisas que acontecem no nosso município. E eu, como Presidente da Câmara, é minha obrigação denunciar, principalmente, erros que ocorrem na Câmara Municipal. Recebi denúncias que um estagiário Célio, lotado no setor de Relações Institucionais que era de responsabilidade do senhor John Herbert, está prestando serviço no Jornal Zig Zag. É uma denúncia. Em conversa com o jovem Célio ele negou, disse que...”. O vereador Leci Campos: “Senhor Presidente, não tem quórum”. O Senhor Presidente: “mais uma vez... Mas na próxima vai ter quórum. Tem umas denúncias aqui gravíssimas e eu não vou me silenciar. Doa em quem doer”. O vereador Leci Campos: “agora tem quórum”. O Senhor Presidente: “obrigado. Em conversa com o senhor Célio, ele negou e disse que o John mandou que ele ficasse em casa. E ele é estagiário nesta Casa de janeiro até o presente momento. Eu tenho a gravação e a filmagem dessa declaração. O estágio iniciou em janeiro e está até a presente data. Eu não posso me silenciar porque isso está me incomodando muito. Outra, vamos dizer assim, fraude de John: uma declaração do Colégio Polivalente que diz o seguinte: ‘Declaro que verificamos em nosso arquivo e não encontramos nenhum registro de John Herbert Martins, filho de José Cornélio Martins e de Carmelita Marques Martins, natural de Nova Lima. Portanto, de acordo com o Livro de Matrícula, Ata de Resultados Finais e o Simade, o aluno não matriculou-se neste estabelecimento de ensino. Por ser verdade, firmo a presente declaração. Nova Lima, 16 de setembro de 2015. Márcia Maria Moreira, Secretária do Polivalente’. Não vou alongar, estou aqui com a documentação. Isso me incomodou demais, demais. Pediria à secretária que passasse a declaração para cada vereador. Depois, na próxima reunião... Pode passar. Na próxima reunião passaremos aos que estão ausentes. Eu sou muito cobrado aqui na



Casa. A gente está tentando fazer um serviço para melhorar as coisas aqui na Casa. Muitas pedras no meu caminho, mas espero que os vereadores me apoiem porque é uma luta muito grande. Eu sou muito bem intencionado, quero o bem de Nova Lima. Então, eu, como Presidente, eu não posso silenciar com certas coisas que vêm ocorrendo aqui na Câmara e posso dizer que virão mais denúncias. Eu procuro seguir uma linha reta na minha trajetória política aqui na Câmara e, principalmente como Presidente, não vou deixar de... Caminhar por linhas tortas. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, eu sei que não pode falar após o Grande Expediente, eu não estou inscrito, mas...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “pode sim, pode, de acordo com o Regimento pode”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria fazer uma pergunta para o Senhor numa dúvida que eu tenho aqui, posso?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “qual o critério e quem são os responsáveis por fazer a agregação desses estagiários na Casa? Será que essa pessoa não viu essa ilegalidade? O documento que o Senhor alega ser fraudulento? Primeira pergunta. Segunda pergunta, o que esta Casa hoje tem a ver com isso, se o John não é mais funcionário desta Casa? Se existe irregularidade que ele cometeu nesta Casa, acho que aí já é caso de polícia, não é mais dessa Casa, certo? Ele já não trabalha mais aqui. Ele já foi demitido, vai demitir ele de novo? Não tem jeito. Então, acho que tem que... Acho, se isso comprovado for, é formatar aí uma ocorrência e mandar para frente. Eu acho que não tem que envolver os demais vereadores nisso mais, já passou, certo? Eu acho, se isso existe. Agora, há de se alertar que, se houve erro, certamente não foi só dele. Com certeza, se ele errou, errou com a cumplicidade de alguém. Eu queria solicitar ao Senhor que apurasse esse cúmplice também. Obrigado”. O Senhor Presidente: “será apurado. Cada vereador tem a sua opinião. Não me importa que ele,



atualmente, não é mais funcionário aqui. Foi despedido por mim por diversas razões. E as denúncias estão aí, estão mostrando que houve erro, que foi acertada a minha decisão de ter despedido”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “mostrando que... Mostrando que houve erro da parte do funcionário”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim, eu entendi perfeitamente. Eu só não entendo o porquê que trouxe para a Casa ao invés de levar para a polícia. Fraude é polícia, não é mais a Casa”. O Senhor Presidente: “encerramento, agradecemos a presença de todos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, Fausto vai falar e eu quero uma questão de ordem, tá? De acordo com o Regimento Interno é permitido antes do próximo...”. O Senhor Presidente: “vereador, o senhor me desculpe, eu achei que o senhor tinha se retirado, o senhor fez ameaça de se retirar...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só deixar registrado que, de acordo com o Regimento Interno, antes da leitura da próxima ordem do dia, qualquer vereador tem permissão da palavra depois do Grande Expediente. Isso está no Regimento Interno e eu quero a fala”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “muito bem. Boa noite a todas e a todos. Eu, como médico e Presidente da Comissão de Saúde desta Casa Legislativa, gostaria de fazer um alerta à população nova-limense, principalmente, às mulheres. Primeiro, a importância da vacina contra o HPV, que é o vírus papiloma humano, que previne a transmissão do vírus causador do câncer do colo de útero contraído por relações sexuais, contato direto com peles ou mucosas infectadas e no momento do parto. A infecção pelo HPV preocupa e muito, pois é uma Doença Sexualmente Transmissível muito frequente, cerca de 50% da população sexualmente ativa, ou seja, que transa, vai entrar em contato com o HPV em algum momento da vida. De acordo com o Ministério da Saúde, no mundo todo acredita-se que aproximadamente trinta milhões de pessoas



tenham verrugas ocasionadas por HPV, aproximadamente dez milhões de mulheres possuem lesões intra-epiteliais de alto grau no colo uterino e quinhentos mil casos de câncer no colo do útero. A vacina HPV foi disponibilizada para adolescentes entre nove e quatorze anos, nas Unidades de Saúde. Por que essa preocupação com as adolescentes de nove a quatorze anos? Porque nessa faixa etária a vacina tem uma maior eficiência. Porque nessa idade as adolescentes não tiveram ainda tanto contato com o HPV, como as mulheres na fase adulta. A adolescente deverá tomar três doses da vacina. A primeira dose foi disponível em março, a segunda em setembro, mas devido às paralisações ocorridas na prefeitura, a segunda dose está sendo dada agora no mês de outubro. E a terceira será agendada seis meses após a segunda. Quem ainda não tomou a primeira dose também pode procurar os postos de saúde o quanto antes. A vacina HPV é uma vacina muito segura, pode raramente ocasionar reações como dor, inchaço e vermelhidão no local da aplicação. Até o momento, não há conhecimento de nenhum efeito colateral grave relacionado à vacina. Fica um alerta aos pais, que ainda não levaram seus filhos para tomarem a vacina, que os acompanhe e principalmente faça os três ciclos das vacinas que são extremamente necessárias ao combate do HPV. Outro alerta é sobre a importância do movimento popular internacionalmente conhecido como Outubro Rosa. A campanha trata da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama e estimula a interação da sociedade com o tema. É importante que as mulheres, independentemente da idade, conheçam seu corpo para saber o que é e o que não é normal em suas mamas. Ao identificarem alterações suspeitas devem procurar imediatamente um serviço de saúde para avaliação profissional. É muito fácil, gente. Toda mulher deve, pelo menos uma vez por mês, na hora do banho, na hora que estiver nua, na frente do espelho, elevar o seu braço, uma mão para cima com o braço elevado,





e apalpar a mama levemente, os quatro quadrantes da mama e também a axila. Fazer isso dos dois lados. Movimento bem suave, entendeu? Porque você fazendo esse exame todo mês, você estará apalpando a mama normal. Um dia que você achar qualquer nodulozinho, qualquer elevação, qualquer protrusão, você vai levantar a suspeita e deverá sim procurar o médico. Além de conhecer o próprio corpo, também é recomendado que a mulher faça exames de rotina de acordo com a sua idade. Esses exames podem ajudar a identificar o câncer antes de a pessoa ter os sintomas. E o câncer de mama é uma doença grave, mas que pode ser curada. Quanto mais cedo o câncer for detectado, mais fácil será curá-lo. Se no momento do diagnóstico o tumor tiver menos de um centímetro, que é o estágio inicial, as chances de cura chegam a noventa e cinco por cento. Quanto maior o tumor, menor a probabilidade de vencer a doença. A detecção precoce é, portanto, uma estratégia fundamental na luta contra o câncer de mama. Se a detecção precoce é a melhor estratégia, a principal arma para sair vitoriosa dessa luta é a mamografia realizada uma vez por ano em toda mulher com quarenta anos ou mais. É a partir dessa idade que o risco da doença começa a aumentar significativamente. A mamografia é o único exame capaz de detectar o câncer de mama quando ele ainda tem menos de um centímetro. Com esse tamanho, o nódulo fica difícil de ser palpado. Mas, como eu disse, se a mulher todo mês se auto examinar, não é? Provavelmente, quando ela achar qualquer nodulozinho, vai acender uma luzinha, vai acender um alerta. Mas é com esse tamanho que ele pode ser curado em até noventa e cinco por cento dos casos. Isso depende também, gente, muito da história familiar pregressa de cada um. Se a sua avó teve câncer de mama, se a sua mãe teve câncer de mama, se você tem duas ou três tias que têm câncer de mama, a probabilidade de você vir a desenvolver um câncer de mama é muito grande. Então, não vamos esperar aí,



depois dos quarenta anos principalmente, um ano para fazer a mamografia. Converse com seu médico ‘a história familiar da minha...’. Acenda, faça um alerta ao seu médico porque é muito importante. Ele, às vezes, atende trinta pacientes por dia, às vezes, algum detalhe ele deixa passar em branco. ‘Doutor, olha, minha avó morreu com câncer de mama, minha mãe tem câncer de mama, tive três casos de câncer de mama na família, tias...’. Entendeu? Isso faz com que o médico tenha uma atenção especial com você. Estou dizendo isso porque aqui em Nova Lima mesmo, recentemente, fiquei sabendo de um caso desses, tá? E uma paciente jovem com menos de quarenta anos. Aproveito a oportunidade para parabenizar a Casa Rosal que, em parceria com a Prefeitura Municipal, está promovendo algumas atividades para as campanhas Outubro Rosa, que é o incentivo ao diagnóstico precoce do câncer de mama e o Novembro Azul, incentivo ao diagnóstico precoce do câncer de próstata. Nós também, homens, mesma coisa. Se o seu avô teve câncer de próstata, seu pai teve câncer de próstata, você tem um tio, dois tios, três tios que têm câncer de próstata, fique alerta, você é um grande candidato a vir a desenvolver o câncer de próstata. E amanhã, dia sete de outubro, às quinze horas, na sede do Lions Clube Nova Lima, teremos uma palestra ‘Um toque pela vida’ ministrada pela ginecologista Dra. Yedda Maria Gomes Ramos. Portanto, fica aqui o alerta, é muito importante. Gente, o câncer mata. E hoje nós sabemos que quanto mais precoce for feito o diagnóstico, a probabilidade de cura é muito maior, ok? Muito obrigado, uma boa noite a todos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “deixa eu só eu fazer uma explicação aqui, rapidamente”. O Senhor Presidente: “o senhor vai conceder um aparte para o vereador?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não é aparte não. Eu estou



invocando aqui o Regimento Interno, no seu artigo 82 ‘Em breve discurso pelo tempo não excedente a cinco minutos, o vereador poderá falar para explicações pessoais’. O Senhor Presidente: “se ele não conceder não poderá”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Parágrafo Único. Conceder-se-á a palavra para explicação pessoal, após esgotada a ordem do dia. Eu estou lendo o Regimento Interno”. O Senhor Presidente: “ele tem que conceder. O senhor vai conceder?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu não quero aparte, eu quero a palavra. Não tenho nada a ver com o assunto que está abordando lá. Se o senhor não quiser me dar a palavra, o senhor encerra a reunião, mas eu estou invocando o artigo 82 do Regimento Interno da Casa que fala ‘Conceder-se-á a palavra para explicação pessoal, após esgotada a ordem do dia. O Grande Expediente está dentro da ordem do dia’. O Senhor Presidente: “eu consultei três pessoas aqui na Câmara e falaram que se não for concedido, como já aconteceu com o Gilson, não... Está encerrado, não pode falar. Já aconteceu isso na Casa, eu tenho certeza absoluta disso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu... O Senhor tem todo o direito de encerrar a reunião e não me conceder a palavra, ferindo o Regimento Interno”. O Senhor Presidente: “se ele não liberar, está encerrado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu não quero aparte”. O Senhor Presidente: “o senhor não quer, mas eu quero”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu não quero, o Senhor não tem que pedir aparte para mim”. O Senhor Presidente: “mas é a lei”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o Senhor não tem que pedir aparte para mim, quem tem que pedir aparte sou eu, eu não estou pedindo aparte”. O Senhor Presidente: “eu estou falando se ele conceder o aparte para o senhor, se ele não conceder”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “mas eu não estou pedindo aparte, estou pedindo a palavra e estou com o Regimento Interno na mão, então, se o Senhor não quiser me dar a palavra...”. O Senhor



Presidente: “você podia olhar o prazo para mim aí, o prazo até já esgotou”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “tudo bem. Se o Senhor não quiser me dar a palavra e ferir o Regimento Interno”. O Senhor Presidente: “não é questão de não querer dar não, é questão...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o Senhor tem todo o direito de fazer isso. O Senhor é o Presidente da Casa. Se o Senhor quiser... Eu li o Regimento Interno. Eu estou com o Regimento Interno na mão, que fala que a palavra pode ser concedida ao vereador para falar por cinco...”. O Senhor Presidente: “concedida. Não foi concedida. Exatamente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é isso que eu estou falando”. O senhor Presidente: “não foi concedida”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é direito do vereador ter a palavra”. O Senhor Presidente: “se for concedida, não foi concedida”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não. Está escrito: ‘conceder-se-á a palavra, para explicação pessoal, após esgotada a ordem do dia’”. O Senhor Presidente: “não foi isso que o senhor leu não. O senhor vai conceder?”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “não, não é sobre...”. O Senhor Presidente: “já até esgotou”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não, o Senhor está ferindo o Regimento Interno e... Pode encerrar, pode encerrar”. O Senhor Presidente: “encerramento: agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ele não quer que eu fale, mas tudo bem”. \_\_\_\_\_